



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 017

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 21 DE MARÇO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Barbosa Neto
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 017**SUMÁRIO****Mesa Executiva 02****Presenças 02****Abertura da Sessão 03****Expediente:**

Proposta de Emenda Constitucional 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 13

Projeto de Lei Complementar 14

Pequeno Expediente:

Dep. Barbosa Neto 15

Dep. André Vargas 17

Dep. Elton Carlos Welter 16

Dep. José Domingos Scarpellini 16

Dep. Elio Rusch 17

Grande Expediente:

Dep. Neivo Beraldin 18

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PTB/PL/PMR

Dep. Jocelito Canto 23

Liderança do Bloco PP/PSB

Dep. José Domingos Scarpellini 25

Liderança do PDT

Dep. Barbosa Neto 26

Liderança do PFL

Dep. Elio Rusch 27

Liderança do PT

Dep. Elton Carlos Welter 29

Liderança do PMDB

Dep. Elza Correia 30

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 32

Preferência de Discussão/Votação:

1ª Discussão 32

Discussão / Votação:

Redação Final 35

3ª Discussão 36

Discussão Única (Proposições). 36

Discussão Única (Indicações) ... 37

Requerimentos 37

Encerramento da Sessão 38**Publicações**

Atas de Comissões

Redação 38

Obras Públ., Transp. e Com. 40

Administrativas

Despacho do Diretor Geral 41

Errata 41**014ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 014ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
21 DE MARÇO DE 2006**

*(terça-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Elton Carlos Welter e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho e Tadeu Veneri (49). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano, Artagão Júnior, Rafael Greca, Valdir Rossoni e Waldir Leite (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Proposta de Emenda Constitucional

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º Fica alterado o parágrafo 4º do artigo 71 da Constituição do Estado do Paraná, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 4º O veto será apreciado em Sessão única, dentro de 30 (trinta) dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados, em votação nominal.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.03.2006.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

Apoiamento:

Tadeu Veneri, Duílio Genari, Ângelo Vanhoni, Arlete Caramês, Reni Pereira, Luciana Rafagnin, Durval Amaral, Marcos Isfer, Elton Carlos Welter, André Vargas, Jocelito Canto, Cesar Seleme, Natálio Stica, Hermes Fonseca, Waldir Leite, Renato Gaúcho, Chico Noroeste, Francisco Bühner, Nelson Garcia, Pastor Edson Praczyk e (01) ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela, tem por objetivo, dar transparência ao sistema democrático do processo legislativo desta Assembléia, com a alteração da redação do parágrafo 4º do artigo 71 da Constituição do Estado do Paraná.

Tal alteração vem substituir a votação de escrutínio secreto por votação nominal, referente aos projetos vetados pelo Poder Executivo.

O Regimento Interno desta Casa de Leis, Capítulo V - Dos Projetos Vetados, parágrafo 2º do artigo 213, repete o texto da Constituição Estadual.

É um direito de cada eleitor saber como o Deputado em quem votou na última eleição, está se posicionando frente aos projetos de lei vetados pelo Governador.

O processo de votação por escrutínio secreto não mais reflete o pensamento da população brasileira, pois os últimos acontecimentos políticos ocorridos em Brasília, capital nacional, grita mudanças mais profundas em todo o sistema político.

A votação por escrutínio secreto esconde dos cidadãos paranaenses, todo e qualquer tipo de interesse individual e/ou de pequenos grupos, que fazem prevalecer o interesse individual em vez do público.

Todo o Deputado quando eleito recebe dos eleitores uma procuração para representá-los e defender o interesse público e coletivo, não podendo assim, esconder seu voto que não lhe pertence.

Tornar de conhecimento público a forma que cada Deputado está votando, é um dever de prestação de contas legislativa, já que foi eleito pelo povo e seu salário é pago também pelo povo.

Quem não deve, não teme, não teve e muito menos tem medo de votar todo e qualquer tipo de projeto de forma nominal.

Esta Assembléia Legislativa já deveria ter disponibilizado e de forma gratuita, na internet e em material impresso, a qualquer cidadão paranaense, eleitor ou não, independente de requerimento formal ou verbal, relação completa de todas as votações nominais, em até 15 (quinze) dias do seu acontecimento, contendo a matéria votada, o nome do Deputado, seu partido e sua manifestação de voto.

Todo o processo de votação, para ser transparente e Democrático, deve ser nominal.

É neste pensamento que esta Casa de Leis deve fazer a sua parte, servindo de exemplo aos demais Estados brasileiros.

Sendo assim, espera-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente Emenda Constitucional.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 438

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 010/06, Projeto de Lei nº 44/06, de autoria do Poder Executivo, autorizando efetuar a cessão de uso do imóvel situado no município de Quatiguá, matriculado no Registro de Imóveis da Comarca de Joaquim Távora, sob nº 3.234, Livro 3-D.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 493

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente vem REQUERER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 012/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, denominado de Prefeito Francisco Tei-

xeira, o trecho da PR-281 que liga a localidade de Lagoi-
nha à sede do município de Agudos do Sul-PR.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 494

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de
suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário,
respeitosamente vem REQUERER regime de urgência
para o Projeto de Lei nº 053/06, de autoria do Deputado
Antonio Anibelli, concedendo o título de Cidadão Hono-
rário do Estado do Paraná ao Revmo. Frei Policarpo
Berri.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 509

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de
suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o
soberano Plenário, preferência para a discussão e votação
do Projeto de Lei nº 006/06, item 04 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 492

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de
suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o
douto Plenário, a votação em bloco dos itens 05 e 06 da
Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 21.03.06

(a) DODRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 472

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições
regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto
Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos
de hoje, do arquivamento do Projeto de Lei nº 083/06,
que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça.

A súmula do projeto de lei é: dá nova redação ao
artigo 1º, da Lei nº 14.181/03, que declara de Utilidade
Pública Estadual a Associação Pró-Juventude de Maringá
- Ajumar.

A motivação do pedido de arquivamento está em
que falta documentação necessária à sua tramitação
normal.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 486

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de
suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plená-
rio, respeitosamente, REQUER que o Projeto de Lei nº

51/06 seja anexado ao Projeto de Lei nº 94/06 de autoria
do Deputado Antonio Anibelli.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 498

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de
suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o
soberano Plenário, destaque para discussão e votação da
Proposição nº 013/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº
736/05, item 05 presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 437

Senhor Presidente:

O Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores,
que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regi-
mentais, vem comunicar a nova composição da Liderança
do Partido dos Trabalhadores para o ano de 2006, como
segue:

Líder: Deputado Ângelo Vanhoni.

1º Vice-Líder: Deputado André Vargas.

2º Vice-Líder: Deputado Hermes Fonseca.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 491

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de
suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o
soberano Plenário, a realização de Sessão Especial para
aprovação da indicação do Dr. Caio Márcio Nogueira Soa-
res, para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do
Paraná, logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 488

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de
suas atribuições regimentais, SOLICITA que seja autori-
zado a reserva do Grande Expediente da Sessão Plenária
do dia 27 de março de 2006, onde será tratado a questão
referente ao projeto ambiental.

Solicito também o cancelamento da reserva do
Grande Expediente do dia 28 de março.

Sendo o que se apresenta para o momento, renova-
mos nossos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) PEDRO IVO ILKIV

REQUERIMENTO Nº 487

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de
suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do engenheiro agrônomo e empresário, Carlos Pugliesi Neto, ocorrido no dia 18 de março corrente, em Arapongas-PR.

Requer, outrossim, que da decisão da casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, no último dia 18/03 o engenheiro agrônomo e empresário, Carlos Pugliesi Neto, que era irmão do Prefeito Municipal de Arapongas (Luiz Roberto Pugliesi). Deixa viúva a Sra. Rosimeide Molero Pugliesi. Deixa ainda filhos: Andréa Cristina Giocondo Pugliesi, Tatiane Vanessa M. Pugliesi e Carlos Pugliesi.

O passamento de Carlos Pugliesi Neto veio entristecer profundamente seus familiares, parentes e amigos, dentre eles este Parlamentar.

Tombou mais um lutador. A morte, no seu perambular incessante, não respeita nem fracos nem fortes. Por isso caiu o amigo Carlos Pugliesi Neto levando consigo a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, o combate da honra e do dever cumprido.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedidas, são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Pugliesi, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 501

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Raul Scatamburlo, aos 66 anos de idade.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 504

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Tito Olivier Ghisi, ocorrido em 18 de março de 2006.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada através do seu filho, Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, Sr. Paul Mac Donald Ghisi e de seus irmãos Ricardo Ghisi e Rosana Ghisi.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada no seguinte endereço:

Pça. Getúlio Vargas, nº 280 - Centro - CEP 85.851-340 - Foz do Iguaçu-PR.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O voto de pesar ora proposto é apenas um pequeno gesto de reconhecimento a um grande homem que foi expedicionário da II Guerra Mundial e que lutou com bravura na Itália, defendendo com orgulho nosso país, fazendo do seu legado um exemplo de vida para todos nós paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 440

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido Plenário, a consagração, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de União da Vitória, pela passagem, no próximo dia 27, de seus 116 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Hussein Bakri, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, Sr. Warrib Motta, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Toda a população de União da Vitória estará, no próximo dia 27 de março, comemorando a passagem de seus 116 anos de emancipação política.

União da Vitória, terra que abriga um povo acolhedor que sempre recebeu e recebe de braços abertos todos os que para lá se dirigem. Cidade que de mudança em mudança ganhou novas formas, porém mantém as raízes da tradição estruturada na amizade, companheirismo e dedicação.

Cumprimentamos efusivamente sua laboriosa população, que, através de um trabalho profícuo, vem colaborando para a construção de um município forte e desenvolvido.

Associa-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, às homenagens que a população receberá pela passagem de mais um aniversário da emancipação política do seu município, augurando que o sucesso esteja sempre presente.

REQUERIMENTO Nº 441

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, seja enviado voto de congratulações ao Sr. Adail Inglês, Diretor-Proprietário do jornal Diário da Manhã, com votos extensivos a toda equipe daquela importante empresa, em razão da comemoração do 19º aniversário desse jornal.

O trabalho sério realizado pelo jornal Diário da Manhã e a confiança da população pontagrossense, conquistada ao longo dos anos, merece o reconhecimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 442

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à jovem de quatorze anos, Cláudia Carla Cardoso, vencedora da prova Kart Prêmio, em comemoração aos 313 anos de Curitiba, realizada no dia 19 de março de 2006.

A jovem de quatorze anos venceu duas baterias das quatro e chegou em segundo lugar nas outras duas, totalizando quarenta pontos. Ela ficou dez pontos na frente do segundo colocado, que é corredor experiente e já tem nome consolidado no mundo do kart.

Essa é a primeira prova oficial vencida pela jovem Cláudia Carla. Contudo, demonstrando talento, vem despertando o interesse de pessoas ligadas ao esporte.

A juventude e a determinação de Cláudia Carla merecem o reconhecimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 443

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à Ministra Ellen Gracie Northfleet, eleita Presidente do Supremo Tribunal Federal em 15 de março de 2006, a primeira mulher a ingressar e presidir o STF na história do Brasil. Ellen era a vice do atual Presidente, Ministro Nelson Jobin.

A eleição da Ministra para a Presidência do STF pode ser expressa com suas próprias palavras, “um considerável progresso para a condição feminina”.

A própria Ministra reconhece a importância da respectiva conquista. “A previsibilidade do resultado nesta eleição não tira a solenidade do momento nem o torna menos comovente a quem recebe a suprema honra de conduzir os destinos do Supremo Tribunal Federal”.

A posse será no dia 27 de abril, para um mandato de dois anos.

Como Presidente do STF, ela será uma das substitutas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, atrás de Alencar e do Presidente da Câmara, Aldo Rebelo. Comandar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mas antes será sabatinada pelo CCJ do Senado Federal.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 448

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações à população do município de Telêmaco Borba, através de seu Prefeito, Sr. Eros Danilo Araújo, pela comemoração, no dia 21 de março, do aniversário de emancipação política do Município.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal, Praça Dr. Horácio Klabin, 37, CEP 84261-170, Telêmaco Borba/PR.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 455

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa de votos de congratulações e louvor à Regional dos Correios do Paraná, na pessoa do Sr. Itamar Ribeiro, Diretor Regional do Paraná, pelos 37 anos de fundação e pelo 1º lugar no ranking de Gestão dos Correios do Brasil em 2005, bem como seja remetida cópia deste expediente ao mesmo e também ao Sr. Jânio Cezar Luiz Pohren, Mui Digno Presidente dos Correios.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Os Correios comemoram hoje 37 anos de fundação e para o Paraná trata-se de uma data especial, tendo em vista que, além desses anos prestando relevantes serviços aos paranaenses, o profícuo trabalho que vem desenvolvendo o levaram a alcançar o 1º lugar no ranking de Gestão dos Correios do Brasil em 2005.

Apresentamos alguns dos resultados que fizeram-no chegar ao 1º lugar: receita operacional superou em 11,5% a despesa total; lucro histórico de R\$ 44,3 milhões, em números absolutos; receita operacional de R\$ 420 milhões, crescendo 20,8% e superando a meta e o desempenho dos dois anos anteriores; receita operacional cresceu mais do que a despesa (20,8% contra 17,5%); imagem institucional melhorou de 84,1% em 2004, para 85,4% em 2005; e a qualidade operacional atingiu o índice de 98,3% superando a meta.

Importante salientar que a credibilidade dos Correios não foi abalada com as denúncias contra a empresa, pois uma pesquisa realizada pela Vox Populi, no período de outubro a novembro de 2005, comprovou que 90,2% dos paranaenses confiam nos Correios, superando o índice de 89,7% de 2004.

Esse resultado, apurado após as denúncias contra a ECT, demonstra a solidez da credibilidade dos Correios, construída ao longo das últimas décadas com a oferta de

serviços de alta qualidade, direcionados às necessidades dos clientes, e baseados na capacitação e comprometimento de sua equipe, na modernidade de sua infra-estrutura e no exercício permanente de sua intensa vocação social.

Diante do exposto, por todo empenho, dedicação e resultado obtido pela direção dos Correios e demais funcionários da Instituição, entendemos ser oportuno registrar as nossas congratulações e louvor pelo aniversário da empresa e pelo excelente trabalho realizado durante a gestão de 2005 que resultou nessa importante vitória no ranking dos Correios, entre as 26 Diretorias Regionais constituídas.

REQUERIMENTO Nº 489

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações à Diretoria Regional dos Correios no Paraná, pelos 37 anos completados em 20 de março, obtendo destaque nacional pela eficiência e confiabilidade nos serviços prestados.

Requer ainda que seja dado ciência ao Sr. Itamar Ribeiro, Diretor Regional do Paraná, através de correspondência a ser encaminhada à Rua João Negrão, 1251, Bl. 01 - CEP 80002-900, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

No dia 20 de março, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos completa mais um ano de vida: já se passaram 37 anos desde a transformação do antigo Departamento de Correios e Telégrafos em empresa pública.

Sucessora da instituição pública mais antiga do país - os Correios do Brasil, que tiveram sua origem em 25 de janeiro de 1663, com a instituição do Correio-Mor, no Brasil Colônia, a ECT é a empresa por excelência que, nos dias de hoje, está incumbida de oferecer os serviços postais que, ao longo desses mais de três séculos de existência, vem evoluindo e se adaptando de forma permanente às necessidades do mercado e às facilidades tecnológicas do setor das comunicações interpessoais e empresariais.

A história da ECT não é outra coisa senão a história de uma empresa que soube se modernizar, criando e disponibilizando serviços de qualidade que correspondam às expectativas dos seus clientes. Os anos setenta correspondem à sua estruturação; os anos oitenta, ao aperfeiçoamento dessa estruturação; os anos noventa, ao início de uma maior expansão do seu raio de atuação do mercado postal e a primeira metade da presente década, à sua consolidação e ao seu fortalecimento como empresa prestadora dos serviços postais tradicionais, mas com três novas vertentes de atuação: prestação de serviços de

logística, de serviços financeiros e de serviços postais virtuais.

Em 2005 a ECT passou por uma crise, mas a população soube diferenciar o trabalho honesto que os Correios prestam, de atitudes isoladas que ocorreram. Uma prova disso foi o resultado da pesquisa Vox Populi, no período de outubro a novembro, onde foram entrevistadas quinze mil pessoas em 27 Estados e, apesar de a ECT ter sido citada na mídia de forma negativa em 2005, a imagem dos Correios não sofreu qualquer abalo. Ao contrário, o índice de confiança da população cresceu de 89,7% - resultado da pesquisa de 2004 - para 90,2% neste ano, ficando atrás apenas da instituição família.

Perspectivas:

Os Correios olham o futuro com grande otimismo. A carga postal vem aumentando; de 2004, subiu de 8 para 8,3 bilhões de objetos; o faturamento também aumentou de R\$ 7,6 para R\$ 8,6 bilhões e os investimentos projetados para 2006 serão R\$ 632,4 milhões, contra R\$ 250 milhões em 2004 e R\$ 281 milhões em 2005.

No Paraná:

Só no Paraná circulam diariamente cerca de 1,6 milhões de objetos, totalizando seiscentos milhões de objetos no ano de 2005. Em 2005 os Correios no Paraná obtiveram uma receita operacional recorde de 420 milhões de reais, correspondendo a um crescimento de 20,8%.

As diretorias regionais são avaliadas por uma cesta de indicadores e os resultados obtidos mensalmente definem a posição no ranking nacional de gestão. Nesse ranking os Correios do Paraná encerraram o ano de 2005 em 1º lugar entre todas as Diretorias Regionais do Brasil. A direção dos Correios no Paraná credita esse resultado à competência e profissionalismo de seus quase seis mil empregados.

A empresa no Estado conta ainda com 52 centros de Distribuição Domiciliária, 479 agências próprias, 499 agências comunitárias, 618 postos de venda de produtos, 2392 caixas de coleta, três Centros de Tratamento de Objetos, 426 Módulos de Caixas Postais Comunitárias, 63 Linhas de Transporte terrestre e uma aérea, 1296 veículos motorizados e 1600 bicicletas.

REQUERIMENTO Nº 508

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações pelo aniversário de 116 anos de emancipação política do município de União da Vitória, a ser comemorado no dia 27 de março de 2006.

Requer ainda que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) PEDRO IVO ILKIV

REQUERIMENTO Nº 516

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER voto de congratulações ao presidente da Ordem dos Cavaleiros Sr. César de Oliveira Krüger, e todos os artistas envolvidos no Projeto Cultural e Folclore de Origem, denominado Cavalhadas.

Salientando que esse folclore típico começou em 1850, no município de Guarapuava, ressaltando a defesa da sociedade organizada em todos os seus níveis tendo médicos participando, advogados, professores, estudantes, donas de casa e todas as demais profissões existentes e dentre os seus 1.200 participantes diretos.

Esta simulação de combates medievais entre mouros e cristãos no processo de libertação da nação portuguesa do domínio mouro, com cunho religioso, iniciou em 1460.

Este movimento, hoje, atrai em média mais de cem mil turistas que prestigiam a competência desses artistas que também arriscam a sua própria vida na defesa de um projeto cultural que todos nós devemos respeitá-lo e incentivá-lo para que seja repetido em todo o país.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 431

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER que seja expedido voto de louvor em homenagem ao aniversário da cidade de Pinhais, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

O município de Pinhais foi oficialmente instalado no dia 20 de março do ano de 1992. A partir de então, essa data passou para o calendário festivo da população. Após a criação do município de Pinhais, a população local passou a contar com melhor assistência político-administrativa. As questões que afligiam os moradores, passaram a ser canalizadas e atendidas por seus legítimos representantes.

Nesta data estamos enviando os parabéns a todos que diariamente cumprem sua missão, contribuindo assim como o desenvolvimento do município, buscando sempre novos projetos e aceitando o desafio de fazer mais e melhor, não perdendo de vista os anseios da comunidade.

E é com grande satisfação que temos acompanhando o sucesso com que Pinhais tem se desenvolvido. A cada aniversário a cidade ganha um novo ritmo e cada cidadão parece ter a consciência de que sendo parte integrante da comunidade, ajuda a reinventar diariamente o ciclo da vida, cuidando melhor de sua rua, seu bairro, da natureza que acolhe a cidade, colaborando de modo intenso com o progresso da região.

REQUERIMENTO Nº 451

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Francisco José da Costa, pelos relevantes serviços frente à Polícia Militar do Estado do Paraná.

Favor enviar correspondência para o seguinte endereço: Rua Barão do Rio Branco, 182, CEP 80010-180 - Curitiba-PR.

REQUERIMENTO Nº 451

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Nemésio Xavier de França, pelos relevantes serviços frente à Polícia Militar do Estado do Paraná.

Favor enviar correspondência para o seguinte endereço: Avenida Marechal Floriano Peixoto, 1401, CEP: 80.230-110 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 490

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, votos de louvor ao Sr. Gilson Genez e equipe de agência de publicidade CCZ Elétrica, pela criação da campanha A Biodiversidade está na Gente, por ocasião dos eventos mundiais de biodiversidade e biossegurança em Curitiba.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Curitiba é sede neste mês de março de 1006, de dois eventos mundiais de Biodiversidade e Biossegurança, que colocam a capital do Paraná no centro da discussão desses importantes e atualíssimos temas. A Prefeitura Municipal de Curitiba, na figura do seu Exmo. Prefeito Beto Richa e do seu Secretário de Comunicação, Deonilson Roldo, procuraram envolver a população comum nesse debate, mesmo sabendo ser o tema bastante complexo e técnico.

Para traduzir esse debate em informações que a população em geral pudesse entender, possibilitando assim o seu envolvimento e o seu apoio, a Prefeitura de Curitiba buscou, na agência CCZ Elétrica, a criação de uma campanha que leva a mensagem a todos.

Esse trabalho foi feito com eficiência e um toque de genialidade, colorindo nossas ruas e mostrando que todos nós fazemos parte da natureza e por isso devemos cuidar dela como cuidamos de nós mesmos.

Pela beleza e pela inteligência dessa campanha, que está encantando e estimulando a população, proponho um voto de louvor ao publicitário Gilson Genez, cri-

ador da campanha, e a todos os seus colegas da agência CCZ Elétrica que também participaram desse processo. Votos estes extensivos ao Prefeito Beto Richa e ao Secretário Deonilson Roldo.

REQUERIMENTO Nº 505

Senhor Presidente:

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, na pessoa de seus diretores Itamar Ribeiro e Ariovaldo Alves de Figueiredo, pelo desempenho alcançado em 2005, quando obteve o 1º lugar entre as 26 Diretorias Regionais do Brasil. Vale lembrar que o desempenho é medido por uma cesta de indicadores cujos resultados definem a posição no ranking nacional de gestão.

Para que os nobres parlamentares tenham uma idéia do desempenho da empresa no Paraná, segue abaixo, os resultados alcançados no ano de 2005:

- Receita operacional 11,5% superior à despesa total;
- Lucro histórico de R\$ 44,3% milhões em números absolutos;
- Receita operacional de R\$ 420 milhões, crescendo 20,8% e superando a meta e o desempenho dos dois anos anteriores;
- Crescimento da Receita operacional maior que a despesa (20,8% contra 17,5%);
- Melhora da imagem institucional de 84,1% em 2004 para 85,4% em 2005;
- Índice de qualidade operacional de 98,3% (acima da meta determinada).

O resultado acima mostra a solidez da credibilidade dos Correios, construída ao longo de 37 anos (completados na data de ontem) com a oferta de serviços de alta qualidade, direcionados às necessidades dos clientes e baseados na capacitação e comprometimento de sua equipe, na modernização de sua infra-estrutura e no exercício permanente de sua intensa vocação social.

Pelo trabalho íntegro e eficaz traduzido em resultados e pela credibilidade da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no Estado do Paraná, peço a meus Pares, apoio para esta proposta, solicitando que seja enviado expediente aos diretores acima citados, no seguinte endereço: Rua João Negrão, 1251 - Bloco 1, 4º andar - CEP: 80.002-900 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 500

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Cristiano Lima.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 465

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Sr. Afonso Bernardo Schleder de Macedo (Proprietário do Estacionamento Rosário), pelos excelentes serviços prestados aos seus amigos e clientes.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 467

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Sr. Paulo Aury Cezar da Rosa (Despachante Oficial do Detran), pelos relevantes serviços prestados aos seus amigos e clientes.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 471

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Sr. Pedro Schleder de Macedo (proprietário do Estacionamento Rosário), pelos excelentes serviços prestados aos seus amigos e clientes.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 472

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Sr. Hélio Krüger (proprietário do Açougue Social), pelos excelentes serviços prestados aos seus amigos e clientes.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 514

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Sr. Omar Ibrahim Chahine (proprietário do Restaurante e Petisca-

ria Senhora Costela), pelos excelentes serviços prestados aos seus amigos e clientes.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 506

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao engenheiro Ângelo Camati Júnior, pelos relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 468

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao engenheiro Ronan Figueiredo Vieira, pelos relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 469

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Dr. Isaias Zela Filho, pelos relevantes serviços prestados na área jurídica à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 470

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo à Sra Luzia Bizarro (gerente do Banco Itaú S/A), pelos relevantes serviços prestados aos seus clientes na área financeira.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 466

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo à Sra. Maria Odete Bortolini (ex-gerente dos Bancos Banestado e Itaú S/A), pelos relevantes serviços prestados aos seus clientes na área financeira.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 496

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, menção honrosa, ao professor Miyoshi Matsuda (*In Memoriam*), pela sua dedicação e por sua atuação à frente da Seicho-No-Ie do Brasil, devotando toda a sua vida pela divulgação dos seus ensinamentos por todo o país.

O nosso homenageado tem uma história ligada ao Estado do Paraná, mais especificamente no município de Ibaiti, onde possuiu propriedade na Colônia Aurora, distante 15 quilômetros de Ibaiti.

Foi agraciado em 1999 com o título de Cidadão Honorário do município de Ibaiti.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

Nascido em 21.12.1911, na Província de Kumamoto, Japão, tendo vindo para o Brasil em 1931. Conheceu a Seicho-No-Ie em 1934, casando-se com Mishie Konishi em 1940, com quem teve 7 filhos.

Em 1944, construiu com seus próprios recursos na sua propriedade em Ibaiti, neste Estado, uma Academia de Treinamento Espiritual para Jovens. Em 1950, foi nomeado preletor da Seicho-No-Ie no Brasil, no grau Júnior, pelo Mestre Masaharu Taniguchi, Fundador da Seicho-No-Ie. Em 1953, fez estágio durante um ano, na Sede Internacional da Seicho-No-Ie, no Japão, e, ao retornar ao Brasil iniciou o movimento de divulgação dos ensinamentos da Seicho-No-Ie. Em 54, voltou ao Brasil e recebeu do Mestre Masaharu Taniguchi e nomeação de preletor Internacional (grau de Jun Kyokan) residente no Brasil. Em 55, foi nomeado primeiro Presidente Nacional da Associação de Jovens da Seicho-No-Ie do Brasil, onde atuou durante sete anos. Em 1960, foi nomeado Presidente Doutrinário para América do Sul, tendo exercido o cargo durante doze anos. E, 1963, quando ficou decidida a construção da sede da Seicho-No-Ie no Brasil, foi indicado como presidente da Comissão Pró-Construção.

No dia 20.07.1965, naturalizou-se brasileiro.

Em 72, foi nomeado Presidente Doutrinário para a América Latina, onde atuou durante 18 anos, tendo deixado o cargo em 1990. Em 1991, foi nomeado preletor de Indicação Especial da Seicho-No-Ie, onde atuou até 96.

Proferiu palestras no Japão durante seis meses. Em 1996, deixa de pertencer ao quadro de funcionários da Sede Central da Seicho-No-Ie para ser Conselheiro da entidade no Brasil em 1997.

Recebeu os seguintes prêmios durante sua vida.

1 - Diploma de Gratidão da Cidade de São Paulo e Medalha Anchieta pela Câmara Municipal de São Paulo - 1972.

2 - Medalha Comemorativa do Sesquicentenário da Instalação do Poder Legislativo no Brasil - 1973.

3 - Comenda São Francisco, na Grau de Oficial - 1974.

4 - Troféu Robalo de Ouro - 1974.

5 - Medalha Euclides da Cunha - 1978.

6 - Foi admitido na Ordem do Mérito de Educação e Integração da Sociedade Brasileira de Educação e Integração no Grau de Cavaleiro Oficial - 1979.

7 - Título de Cidadão Paulistano - 1979.

8 - Foi admitido na Ordem do Mérito de Educação e Integração da Sociedade Brasileiro de Educação e Integração no Grau de Cavaleiro - 1979.

9 - Medalha de Mérito Artístico Carlos Gomes - 1980.

10 - Admitido na Ordem do Mérito da Educação e Integração da Sociedade Brasileira de Educação e Integração no Grau de Comendador - 1980.

11 - Medalha João Ramalho - 1980.

12 - Admitido na Ordem do Mérito de Educação e Integração da Sociedade Brasileira de Educação e Integração no Grau de Grande Oficial - 1980.

13 - Admitido na Ordem do Mérito de Educação e Integração da Sociedade Brasileira de Educação e Integração no Grau de Gran Cruz - 1980.

14 - Comenda da Ordem do Ipiranga, no Grau de Comendador, pelo Governador do Estado de São Paulo 0 1982.

15 - Título de Cidadão do Estado do Rio de Janeiro pela Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro - 1986.

16 - Título de Cidadão Honorário do município de Rio de Janeiro pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro - 1986.

17 - Título de Cidadão Benemérito do Rio de Janeiro pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro - 1986.

18 - Título de Estrela Mérito de Rondônia pelo Governo do Estado de Rondônia - 1988.

19 - Título de Cidadão Honorário do Município de Ibaiti - PR - 1999.

REQUERIMENTO Nº 497

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, menção honrosa, ao Sr. professor Daijiro Matsuda (*In Memoriam*), pela sua dedicação e por sua atuação à frente da Seicho-No-Ie, devotando toda a sua vida pela divulgação dos seus ensinamentos por todo o Brasil.

O nosso homenageado tem uma vida ligada à história do Paraná, mais especificamente no município de Ibaiti, onde possuiu propriedade situada a 20 quilômetros da cidade, onde na sua própria fazenda construiu, juntamente com seu irmão Miyoshi, uma Academia de Treinamento Espiritual para jovens.

Faleceu em 24 de julho de 1962, tendo sido Conselheiro da Seicho-No-Ie.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

Professor Daijiro Matsuda, nasceu no dia 02 de janeiro de 1897 na Província de Kumamoto no Japão. Filho de Fusamatsu Matsuda e Koma Matsuda, casou-se com Kiyono Matsuda.

O professor Daijiro chegou ao Brasil no Porto de Santos dia 15 de novembro de 1927, fixando residência em Bauru-SP, onde trabalhou um ano na Fazenda São Luiz. No período de novembro de 1928 a 1935, dedicou-se à lavoura, na Fazenda Ribeirão Bonito no município de Duartina no Estado de São Paulo.

Em 1934, foi acometido de amebíase ficando acamado em função desse mal.

Em abril do mesmo ano, acompanhado de seu irmão Miyoshi, recebeu de seu vizinho Kumejiro Oshiro, um livro intitulado “A verdade da vida” da Seicho-No-Ie, e o colocou sobre uma mesa em sua casa.

Ao ver o livro o professor Daijiro sentiu-se atraído pelo mesmo e começou a lê-lo e após ler apenas dez páginas levantou-se completamente curado.

A partir daí começou a divulgar os ensinamentos da Seicho-No-Ie a todas as pessoas que se encontravam doentes. Dessa forma a notícia ia se espalhando e curando as pessoas que estavam doentes de forma milagrosa.

Preocupado em divulgar cada vez mais os ensinamentos do Mestre Masaharu Taniguchi, o professor Daijiro, juntamente com seu irmão Miyoshi, construiu uma Academia de Treinamento Espiritual para Jovens na sua fazenda a 20 quilômetros da cidade de Ibaiti-PR, para onde haviam se mudado.

No dia 01.03.1939 recebeu a Condecoração da Comenda Círculo da Luz.

No dia 25.11.1950 recebeu o seu primeiro Certificado de Preletor da SNI.

No dia 01.08.1952 foi nomeado diretor da SNI para o Brasil.

Em 1955 foi nomeado Presidente dos Prelores da SNI do Brasil.

Em 01.04.1957 foi nomeado Oficiante-Mor do Santuário Hoozo da Academia de Ibiúna.

Em 01.11.1960 foi nomeado Conselheiro da Seicho-No-Ie do Brasil.

Faleceu em 24 de julho de 1962, deixando grandes ensinamentos para os seguidores da Seicho-No-Ie.

REQUERIMENTO Nº 452

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao Presidente deste Poder Legislativo, Deputado Hermas Brandão, encaminhar Ofício nº 003/06 desta Liderança da Oposição ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Exmo.

Governador do Estado do Paraná, solicitando confirmação de declarações divulgadas na mídia.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 424

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando providências ao exposto pela Sra. Maria Regina M. Reyes, referente à venda de bebidas alcólicas em postos de gasolina.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 453

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Cláudio Murilo Xavier, Secretário Estadual da Saúde, solicitando informações referentes aos gastos com as verbas destinadas a esta Secretaria que abaixo relaciono:

- Quando foi gasto das verbas estaduais com os 22 (vinte e dois) Núcleos Regionais de Saúde no ano de 1004 e 2005?

- Os três municípios com maior população quanto receberam em verbas estaduais em 2004 e 2005. (qual a população destas cidades)?

- Qual foi o índice de mortalidade geral incluindo a infantil, materna e por doenças transmissoras nos anos de 2004 e 2005?

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Obter informações sobre as verbas destinadas à saúde e de que forma estão sendo aplicadas em benefício da população paranaense, bem como os índices de mortalidade no Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 464

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o douto plenário, que seja encaminhado expediente ao Secretário Estadual da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, solicitando providências urgentes para acabar com o estado de violência que vive o município de Colombo, em especial o bairro Monte Castelo.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) RENATO GAÚCHO

JUSTIFICATIVA:

Moradores daquele bairro procuraram nosso gabinete quando relataram o estado de pânico que estão vivendo.

Ao entregar abaixo-assinado contendo sessenta assinaturas, apontaram inúmeras situações que estão a exigir uma ação contundente dos órgãos policiais de nosso Estado.

Transtornos de toda ordem (intimidação, cerceamento de liberdade, roubo à luz do dia, assaltos a ônibus, desmanches clandestinos), estão deixando a população local em pânico.

REQUERIMENTO Nº 495

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Governador Roberto Requião, no sentido de que sejam apuradas as denúncias contra o Chefe de Segurança da Penitenciária Central do Estado - PCE Hélio Vargas, acusado de promover abuso de autoridade e desvio de conduta, com tortura, espancamento, tratamento degradante, desumano e cruel, e humilhações contra internos daquela Unidade Prisional.

Requer ainda, seja determinado o imediato afastamento do referido segurança, enquanto se promove o processo de inquérito e as investigações de praxe.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e Defesa do Consumidor da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná recebeu denúncias sobre o procedimento arbitrário do Chefe de Segurança da Penitenciária Central do Estado, Hélio Vargas, que age de forma totalmente avessa à lei e aos direitos humanos, espancando, agredindo moral e fisicamente, com humilhações e tratamento degradante, os internos daquela Unidade Penal.

Daí, a razão da solicitação de providências no sentido de apurar e punir exemplarmente o servidor que utiliza de meios torpes, agredindo aos Direitos Humanos e denegrindo a imagem da própria corporação.

Cumprir que o Governador determine o imediato afastamento e apuração dos fatos e, conseqüentemente a punição do infrator que não merece estar no meio dos agentes daquela Unidade Prisional.

REQUERIMENTO Nº 425

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, o envio de pedido de informação à Presidente do Conselho Estadual de Educação, Sra. Shirley Augusta de Souza Piccioni, questionando quanto à validade dos diplomas emitidos pelo Colégio Reensino de Londrina.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 426

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, o envio de pedido de informação ao Secretário de Estado dos Transportes, Exmo. Sr. Waldyr Ortêncio Pugliesi, questionando quais as estradas vicinais do município de Londrina são de responsabilidade do Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 513

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano plenário, o pedido de informações ao Sr. Airton Carlos Pisseti - Secretário de Estado da Comunicação Social, às seguintes questões:

1. Quais os Deputados que possuem programa de rádio e/ou televisão que receberam recursos financeiros do Governo do Estado?

2. Quais são os valores recebidos? Especificar desde o ano 2001 até os dias atuais.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) NEIVO BERARDIN

REQUERIMENTO Nº 515

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano plenário, o pedido de informações ao Sr. Airton Carlos Pisseti - Secretário de Estado da Comunicação Social, às seguintes questões:

1. Quais as emissoras de televisão ou rádio em que os Deputados estaduais possuem programa, receberam recursos financeiros diretamente do Governo do Estado do Estado ou através de empresas de economia mista ou agência credenciadas do governo estadual?

2. Quais são os valores recebidos? Especificar desde o ano 2001 até os dias atuais.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) NEIVO BERARDIN

REQUERIMENTO Nº 510

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITAM a V. Exa. providências no sentido que sejam nominados pelos Deputados Neivo Beraldin, quais são os 17 Deputados - radialistas desta Casa de Leis que "achacam" o Poder Executivo em seus programas de rádio e/ou televisão, conforme discurso proferido em plenário em 21 de março, no Grande Expediente.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR
BARBOSA NETO

Projetos de Lei**PROJETO DE LEI Nº 122/06**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado Maria Bressan, a trincheira localizada no Km 128,8 da BR-369, em Jataizinho, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Nada mais justo que homenagear pessoas que durante a sua vida criaram raízes onde moraram e conviveram harmoniosamente na comunidade.

Denominar Maria Bressan a trincheira construída no Km 128,8 da BR-369, em Jataizinho/PR, local onde Maria Bressan viveu e construiu sua família, é uma questão de justiça e de reconhecimento à contribuição dada ao progresso do município com a sua fábrica de doces caseiros.

A vida de Maria Bressan está resumida no Ofício 001/06, de 22 de fevereiro de 2006, em anexo, que nos foi enviado pelo Sr. Amadeu da Costa Bressan, filho da homenageada, em nome de toda a família Bressan.

Isto posto, pedimos o apoio e o voto favorável de todos os Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 123/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Estado do Paraná autorizado a efetuar doação ao município de Floresta de imóveis constituídos pelas datas de terras nºs 08 (oito), 09 (nove) e 12 (doze), todas subdivisão do lote 307, situado na Gleba Ribeirão Pingüim, no município de Floresta, Comarca de Maringá.

Art. 2º Os imóveis de que trata o artigo 1º desta lei será específica e exclusivamente utilizados para a construção de salão comunitário, instalação de campo de futebol e equipamentos de lazer para benefício da população rural do município de Floresta.

Art. 3º O município de Floresta não pode dar destinação diversa do previsto nesta lei aos imóveis doados, ficando automaticamente revertidos ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de desvio de finalidade de uso dos imóveis, sem direito a indenização por benfeitorias.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

As áreas de terras doadas através deste projeto de lei estão na área rural do município de Floresta.

A doação destina-se a proporcionar área de lazer aos moradores da área rural do município de Floresta, ajudando inclusive na fixação dessa população, haja vista a carência de opções de lazer e reunião para a referida população. O salão comunitário será construído pelo Município e abrigará inclusive cursos de geração de renda.

O lazer é essencial para a qualidade de vida das populações e é direito constitucional do brasileiro, conforme consta na Constituição Federal, razão pela qual se espera o apoio desta Casa e do Governo do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 125/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Ajudam - Amor Junto da Atividade com os Meninos, com sede e foro no município de Jacarezinho.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Ajudam - Amor Junto da Atividade com os Meninos, com sede e foro no município de Jacarezinho, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade desenvolver atividades de oferecer à criança e ao adolescente a sua correta integração na sociedade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 126/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação da Melhor Idade Sol de Pontal - Amisolpon, com sede no Balneário Grajaú, município de Pontal do Paraná. Conforme documentação em anexo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação da Melhor Idade Sol de Pontal, fundada no dia 21 de abril de 1999, com sede na rua Minas

Gerais, 519 - Balneário Grajaú, município de Pontal do Paraná e foro do município de Matinhos, tem por finalidade promover a integração de idosos com idade acima de 55 (cinquenta e cinco) anos.

Promover lazer, confraternização e o intercâmbio das Associações com outros grupos e entidades afins.

Colaborar com adultos e crianças carentes ou enfermos, quando houver necessidade de ajuda, dentro da disponibilidade da associação; participar de programas materno-infantil, realizando visitas domiciliares, para levar carinho e apoio moral aos mesmos.

Tendo em vista as realizações em prol da comunidade em geral, acredito que a mesma seja merecedora da Lei de Utilidade Pública Estadual.

Projeto de Lei Complementar

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 124/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 1º da Lei Complementar nº 83, de 17 de julho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Ângulo, Iguaraçu, Mandaguaçu, Floresta, Dr. Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba e Jandaia do Sul.

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.03.06.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A inclusão do município de Jandaia do Sul na Região Metropolitana de Maringá é reivindicação daquela municipalidade.

Jandaia do Sul tem população urbana em torno de 17.500 habitantes e 2866 habitantes residentes na zona rural, totalizando 20.366 habitantes, segundo dados do IBGE.

Os munícipes de Jandaia do Sul se deslocam frequentemente a Maringá em busca de atendimento médico em hospitais regionais, bem como em hospitais com especialidades.

Serviços públicos federais como o Redur da CEF são centralizados em Maringá, onde também está localizada uma das mais conceituadas Universidades do Paraná, a UEM. Grande número de universitários da UEM residem em Jandaia do Sul.

Apenas quarenta quilômetros separam Jandaia do Sul de Maringá, facilitando o acessos dos moradores da região, efetivando a necessária conurbação para que o

município seja incluído na Região Metropolitana de Maringá.

As linhas de ônibus entre as duas localidades são variadas, atendendo aos moradores de Jandaia que trabalham e estudam em Maringá.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Gostaria de registrar a presença do nosso Prefeito Eli Ghellere, nosso sempre Deputado do Estado do Paraná, que está fazendo um brilhante trabalho em sua cidade, São Miguel do Iguaçu. É sempre um prazer recebê-lo aqui na Assembléia.

Seja sempre bem-vindo.

O SR. TADEU VENERI (PT) **(Pela Ordem)**

Apenas para registrar, Sr. Presidente, cumprimentar os nossos visitantes de Cascavel e Londrina, das universidades, que vieram aqui para acompanhar a votação do PCCS das universidades.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

As nossas boas-vindas aos nossos visitantes.

Pequeno Expediente:

No Pequeno Expediente, Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero também, nesta oportunidade, fazer a minha saudação a todos os servidores das instituições de ensino superior que se fazem presentes nesta tarde histórica para os servidores do Estado do Paraná, da área do ensino superior. Quero saudar o Sindicato dos Servidores da Universidade Estadual de Londrina, através do Presidente Itamar, e a toda a sua diretoria, todos os seus membros e filiados que se fazem presentes. Agradecer também o pessoal da Sinteoste que também se faz presente, representando Cascavel, também aqui o Sinteemar - Maringá, que não sei se se faz presente, mas que, com certeza, também teve uma luta bastante grande, através da Sra. Maristela e tantas outras pessoas voltadas a esta Casa, ao Sindespo também da UEPG de Ponta Grossa. Enfim, a todos aqueles que hoje estão aqui e os que estão trabalhando, mas que estão com a alma e o coração voltados para a Assembléia Legislativa, na tarde de hoje.

Sabemos que este é um projeto que vem corrigir uma distorção histórica ao longo dos últimos governos, e, na verdade, é uma correção que o Governo Requião faz, neste momento. E louvamos esta iniciativa, nós que tivemos a oportunidade de promover audiências públicas em Londrina, na Universidade Estadual, que tivemos a oportunidade de estarmos com o Vice-Reitor, Eduardo de Mauro, levando esse projeto que foi, durante mais de dois anos, discutido e debatido. Fui portador em mãos para o

Governador Roberto Requião, fazendo gestão no sentido da urgência dessa aprovação. Ele demorou, mas com certeza, é um projeto que vai fazer o enquadramento necessário e vai privilegiar aqueles que trabalham, principalmente aqueles que estavam em dificuldades, mas que terão oportunidade de se enquadrarem na carreira, privilegiando a quem estuda.

O nível de escolaridade sendo passado dentro da carreira é, na verdade, o grande mérito desse projeto. Projeto que tinha um salário-mínimo de 286 reais. Hoje, quem ingressa na carreira vai para seiscentos reais. Essa ascensão é motivadora, é através dessa motivação que o servidor está concluindo cursos de 2º grau; outros ingressando no ensino superior; outros fazendo cursos técnicos, porque tudo isso vai contar pontos para que o servidor seja valorizado e trabalhe com muito mais vontade, beneficiando toda a sociedade, de forma direta ou indireta, porque é essa sociedade que acaba sendo contemplada através dos serviços, através da formação de novos quadros de profissionais que vão ter a oportunidade de dar os melhores anos de suas vidas para construir uma cidade, um Estado e um país melhor para todos nós.

Então, sabemos, por exemplo, Sr. Presidente, que um contínuo poderá sair da universidade como médico, vai depender da vontade dele ou qualquer outra graduação do ensino superior vai depender da sua dedicação. A oportunidade o Estado está contemplando neste momento. E queremos cumprimentar aqui o Governador Roberto Requião. Eu, que tenho tido um comportamento de independência nesta Casa, muitas vezes de oposição ferrenha, mas nesse ponto, nós, que somos testemunhas, porque sou formado pela Universidade Estadual de Londrina e sabia das dificuldades que alguns companheiros tinham de nem mesmo ter o que comer, abrindo sua marmita apenas com arroz e feijão, faltando uma mistura que era dada ou por outros servidores ou por professores que tendo a motivação, a emoção de ver o sofrimento de ver uma pessoa que trabalhava de sol a sol e não respeitava o sofrimento. Portanto, esta correção histórica merece nosso pronunciamento, merece nosso cumprimento e a saudação e todos aqueles que lutaram, direta ou indiretamente.

Solicitamos de todos os Deputados que não emendem este projeto para que ele possa tramitar da forma mais rápida possível para que seja sancionado pelo Governador Requião já que a limitação é quanto à legislação eleitoral, o prazo final é dia 1 de abril e este não será o dia da mentira mas, sim, o dia da verdade quando for contemplada essa categoria de forma justa e equânime que tanto necessita deste tipo de reconhecimento!

A minha saudação, os meus cumprimentos, que todos sejam bem-vindos e que eu possa ser convidado para a comemoração de todos vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado André Vargas.

Deputado André Vargas (PT)

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sejam bem-vindas lideranças sindicais dos servidores das universidades estaduais do Paraná, das instituições de ensino superior. Esta Casa fica muito mais sintonizada com aquilo que quer o povo quando a população vem e acompanha o trabalho dos Deputados. Portanto, sejam muito bem-vindos.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, integralmente diremos sim a este projeto que resgata com justiça aquilo que foi uma injustiça cometida, acredito que há uns nove anos, desde que em 97 foi aprovado um indicativo do PCCS a ser regulamentado e até hoje nada! Portanto este, Sr. Presidente, é um dia de festa, não de festa para os servidores das universidades apenas, não é de festa apenas para os Deputados que podem votar um projeto desta magnitude, e temos aqui, Deputados Elton Welter, companheiros de Cascavel e de Toledo, como V. Exa. bem sabe, não é só para o Governo, é para o Paraná que promove justiça àqueles que prestam serviços nessas instituições, um serviço, diga-se de passagem, de qualidade! E por quantos anos as reivindicações vieram, não só a esta Casa mas principalmente ao outro lado da rua e não foram ouvidas?

Portanto, este projeto foi concedido não pela cabeça do Governo mas pela cabeça de homens e mulheres do Governo, também de lideranças de dirigentes sindicais, também de reitores que reclamam e falaram ao Governo da necessidade, da urgência desse projeto. É complexo e nossa bancada, pelo que temos nos entendido, Deputado Vanhoni, V. Exa. que é Líder do nosso Partido, nossa Bancada está sintonizada também com o compromisso de não fazer emendas para não postergar ainda mais essa situação, para que não se dê um motivo, meio motivo, uma vírgula a mais ou a menos!

Também já aconteceu aqui quando nós discutimos o plano de cargos e salários dos professores. Houve uma emenda que nos constrangeu, não que o Deputado não tenha prerrogativas de colocar emendas, constrangeu-nos porque vinha de setores dos servidores que não se sintonizam com suas entidades sindicais, que não valorizam as suas entidades. Esses setores têm tido uma atenção privilegiada ao longo dos anos, tentando se articular de forma individual, desprezando o trabalho coletivo. Graças a Deus, isso não deve prosperar. Portanto, esse é um projeto importante, o Líder do Governo deve estar encaminhando, acredito que a Oposição estará votando favoravelmente. Deputado Durval Amaral, V. Exa. que já foi Líder da Oposição, deverá estar votando favoravelmente a este projeto e que esta Casa tenha cada vez mais, dias de festa como este, onde o clamor dos servidores e da população do Paraná e também o clamor de todos os Deputados seja ouvido. Viva o Paraná, viva os servidores das universidades!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra ao Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Carlos Welter (PT)

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia de hoje também me sinto em um dia de realização. Quero dedicar este movimento de fala ao movimento organizado dos trabalhadores do Paraná, a todos os sindicatos de servidores públicos que, incansavelmente lutam, organizam-se, mobilizam-se para grandes conquistas como essa.

Lembro-me que ainda no período eleitoral, uma servidora da Unioeste - Campus de Toledo, que se chama Cleonice, falava do PCCS e aqui eu vejo nas galerias, o Ivan, que é um dirigente do Sinteoste da região Oeste do Paraná.

Quero cumprimentá-lo e a todos os outros dirigentes e as pessoas ligadas às universidades do Paraná. Quanto é importante este plano, Deputado Tadeu Veneri, Deputada Luciana - que é o Sudoeste - e todos os Deputados desta Casa foram cobrados e graças ao bom entendimento da relação com a categoria, andou o projeto com o Governo, com o Poder Executivo. Eu fui relator, teve sugestões de emendas para médicos plantonistas. Foi uma demanda oriunda da cidade de Maringá. Não acatamos emenda para dar celeridade a essa votação.

Trata-se de um projeto que dá carreira, que dá vontade ao servidor público, a partir de agora, das universidades, de trabalhar, capacitar-se, porque vai melhorar sua vida profissional dentro da carreira das instituições de Ensino Superior.

Por isso, é um Plano de Cargos e Salários. Isso é muito importante, e não tinha. Isso valoriza o serviço público. Dá serviço público permanente e de qualidade. Isso, de fato, é um modelo de gestão que já aconteceu com os professores do Estado.

Vejo que o Governo do Paraná está de parabéns na medida em que conseguiu avançar neste plano e acredito que haverá unanimidade desta Casa, na votação deste projeto. Eu me sinto, como Parlamentar, diante das cobranças que foram feitas durante esses três anos e pouco de mandato, realizado. Espero que todos aprovelem este projeto que tem cunho relevante para o serviço público do Paraná, na área do ensino superior.

Parabéns a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Encaminhamos um requerimento, no sentido de que o Governador do Paraná tome as providências, afastando o

servidor Hélio Vargas, que é um dos chefes da segurança da Penitenciária Central do Paraná, por estar violando os Direitos Humanos, agredindo moral e fisicamente e tratando de maneira degradante, os internos da Unidade Penal da Penitenciária Central do Estado do Paraná.

Esse servidor utiliza-se de meios torpes, agredindo aos Direitos Humanos e denegrindo a imagem da própria Corporação, espancando e violentando as pessoas na presença de outros.

Por esta razão, encaminhamos o pedido de afastamento das funções e apurações dos fatos, com a consequente perda do cargo e da função pública que exerce naquela unidade penitenciária.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos parabenizar a mobilização dos servidores públicos que aqui estão em busca de melhores salários, em busca do cumprimento da palavra do Governador que iria resolver o problema do funcionalismo público do Estado do Paraná.

Disse ele que iria recriar o IPE, acabar com o pedágio, fazer o Porto de Paranaguá moderno e eficaz, infelizmente isso não aconteceu. Mas, em busca da reeleição, é evidente que o Governador agora procure correr atrás de algumas coisas que não cumpriu. O pedágio nós sabemos que ele não vai reverter. Ele disse, não foi ninguém que falou, foi ele próprio, que o pedágio baixava ou acabava. Ele não abaixou, não acabou e criaram outros e, agora o Governo do PT quer também criar na 116, na BR que liga São Paulo a Porto Alegre, alguns outros pedágios.

As universidades e o funcionalismo público merecem realmente respeito e merecem as melhorias salariais que o governo certamente vai lhes facultar.

Quero fazer aqui um apelo à Executiva da Assembléia e aos Deputados que aqui estão, no sentido, também, que esta Casa dê aos funcionários do Poder Legislativo algum avanço, alguma melhora no salário. Porque o Executivo está dando, o Judiciário já deu, os procuradores do Ministério Público já estão recebendo a aprovação também, o Tribunal de Contas fez. E nós não podemos ficar a reboque e vendo o nosso funcionalismo público do Legislativo sem as conquistas que outros Poderes também estão tendo neste momento.

Hoje a televisão deu que as ações da Petrobras subiram 1,8%; a Bolsa de São Paulo teve esse avanço ontem. Também pudera, o dólar em baixa, a gasolina está subindo no Brasil, o álcool está subindo o diesel está subindo e a Petrobras, que já havia lucrado dez bilhões de dólares o ano passado, certamente este ano vai à casa dos quinze, vinte bilhões de dólares. Não nos interessa a Petrobras ser auto-suficiente, o Brasil ser auto-suficiente em petróleo e, nós estarmos pagando o petróleo mais caro do mundo. Não interessa ao povo do Brasil bater no peito e dizer que é auto-suficiente em petróleo e não poder pôr gasolina no tanque do seu carro. O álcool a 2,10, 2,20 em alguns lugares, a gasolina, 2,70. O óleo diesel impraticável para a agricultura, para o comércio, para o transporte rodoviário, a 2,10.

Queremos deixar aqui o nosso protesto e pedir para que a sociedade comece a se mobilizar, os sindicatos, as associações, porque senão daqui a pouco nós teremos um litro de gasolina custando três dólares, o que é impraticável para a nossa sociedade, porque ela, já está a um dólar e meio, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Muito obrigado.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Apenas para usar esse espaço e dizer que fomos procurados há algumas semanas, pelas universidades públicas do Estado do Paraná, no momento em que o projeto que institui a carreira técnica universitária quando estava tramitando na CCJ e também na Comissão de Finanças e quando os próprios funcionários pediram da possibilidade da não apresentação das emendas, uma vez que esse projeto, esse pleito havia sido discutido com as universidades e com o Governo do Estado do Paraná.

Quando o projeto saiu da CCJ e veio para a Comissão de Finanças a qual nós presidimos, havia alguns Deputados com objetivo talvez de aperfeiçoá-lo, atender algumas classes que se acharam prejudicadas, que fossem incluídas também algumas alterações necessárias a esse projeto. Devo dizer aos Srs. Deputados, mesmo faço agora, poderia fazê-lo na discussão do projeto que o próprio Deputado José Maria Ferreira, que está aqui no Comitê da Imprensa dando uma entrevista, tinha pretensões de apresentar uma emenda. Entramos em contato com o Deputado José Maria, ele entendeu, retirou a emenda, não a apresentou na Comissão de Finanças, exatamente atendendo o pleito dos nossos funcionários das universidades.

Gostaria de dizer não só em meu nome mas também no nome do PFL, dos quatro Deputados aqui da Assembléia Legislativa, que nós não vamos apresentar emenda nenhuma a esse projeto, uma vez que é do interesse e objetivo exatamente das universidades.

Espero que essa também seja o entendimento de todos os Parlamentares, porque hoje, na verdade, ele está em 1ª discussão. Hoje se vota a constitucionalidade. E a fase de apresentar emendas é na 2ª discussão que seria o dia de amanhã. Mas tenho certeza que ninguém vai apresentar emenda, e como já disseram os outros Deputados André Vargas, Scarpellini, Barbosa Neto e nós também, acreditamos que ninguém deva apresentar emendas e o projeto deva ser aprovado por unanimidade de votos do Parlamento do Estado do Paraná.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Neivo Beraldin.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)

Até que se encaminhe nosso querido Deputado à tribuna, gostaria de agradecer a presença do Sr. Gilson

Amaral, que é o Presidente do PFL e Vereador em Guarapuava.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa registra e dá as boas-vindas ao Presidente da Câmara de Guarapuava.

Grande Expediente:

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, os presentes que nos visitam hoje, tenho certeza da não apresentação de emendas ao projeto, como a certeza do nosso voto. Portanto, sejam todos bem-vindos.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje, para registrar nos Anais da Assembléia, uma síntese sobre o rombo do Banestado. Pedi ao jornalista Wilson Gazino, História sobre Corrupção e Ganância, em torno de 19 bilhões de reais para que fizesse esse pequeno resumo, para que fique nos Anais da história da Assembléia Legislativa. Sabendo que a população, imagine que perdeu o Banco do Estado, mas que nem todos sabem o que restou para que a população pague até 2029. O tamanho das perdas em seis anos, de 95 a 2000, um rombo de quase 19 bilhões de reais ao povo do Paraná. Empréstimo com parcelas mensais reajustáveis: 52 milhões de reais por mês, até 2029.

Perda de um banco de setenta anos de tradição e história do povo do Paraná. Um banco com quatrocentas agências e quinhentos postos de atendimento ao povo do Estado. Quinze mil funcionários no olho da rua. Hoje, principal organismo de fomento do Estado. Claro, o banco era um braço forte do Estado, motivo de orgulho de todos os paranaenses.

Rapidez à sangria, em 1994 o patrimônio líquido do banco era de 303 milhões de reais. Lucro, em 94: 37,5 milhões de reais. Lucro em 95: 40 milhões e 200 mil reais. Lucro em 96: 12 milhões e 800 mil reais. Prejuízo em 97: 278 milhões e 600 mil reais. Prejuízo em 98: 2 bilhões e 860 milhões de reais. Eu falei 2 bilhões e 860 milhões de reais. Prejuízo em 99: 532 milhões de reais.

O ex-Presidente do Banco do Estado, Luiz Antônio Fayet avaliou que o Banco poderia ser vendido num, valor de 300 a 500 milhões de reais, em 94, a favor do Estado, lucro para o caixa do Estado. Em 99, o saneamento, para sanear o rombo, o governo contraiu empréstimo de 5 bilhões e 660 milhões de reais. Isso em 99. No ano de 2000 o banco foi vendido para o Banco Itaú por um bilhão e 600 milhões de reais.

Isto tudo, evidentemente, está sendo relatado porque nós, enquanto Presidente da CPI do Banestado do Paraná e pelo companheirismo dos Deputados membros da CPI, conseguiu-se a quebra do sigilo no Banco Central e das auditorias do Banco do Estado, aonde tiramos um relatório de 1142 páginas, com mais de 80 mil documen-

tos carimbados. A CPI, que teve uma equipe multidisciplinar, fez uma análise de 120 mil documentos oficiais.

Aqui cabe também um agradecimento ao Poder Legislativo, sobretudo ao Presidente da Casa, que permitiu que contratasse também um auditor independente, para que fizesse seu processo de análise da venda do Banestado. Portanto, a Assembléia Legislativa nunca faltou com a CPI para que pudesse fazer um trabalho acima de político, técnico, para que pudesse revelar, hoje, através de um livro, a história de corrupção e ganância.

Mas, digo: a rapidez para se obter a aprovação da CPI, que foi um momento muito importante, porque o Governador Roberto Requião ao tomar posse nesta tribuna, tecera elogios a alguns Parlamentares, entre eles, eu: sobre o trabalho que fizemos da questão da Sanepar no governo passado. E isso nos deu forças para coletar assinaturas muito rápido e conseguir instalar a CPI, pela qual já vínhamos lutando há muitos anos, e não tínhamos condições de instalar porque não tínhamos apoio necessário. A primeira reunião da CPI foi extraordinária, porque se deliberou sobre tudo o que tinha que ser deliberado, e aí então passava um trabalho de investigação de uma equipe técnica dentro do Banco Central, outra equipe técnica dentro da carteira de fomento, outra equipe técnica dentro do Banco do Estado, representado pelo Itaú, e retirando de lá todas as auditorias com assinatura conferindo com os originais. Portanto, documentos valiosos para o Ministério Público Estadual, Federal e a Justiça Federal.

No início da CPI enfrentamos boicotes, pressões, ameaças, tivemos que solicitar segurança pessoal para sobreviver naqueles nove meses de luta para conseguir revelar a história do Banestado ao povo do Paraná.

O processo de investigação, mais de cento e vinte mil documentos analisados, CD com a quebra de sigilo de mais de quarenta mil contas, dedicação da equipe interna e dos Deputados componentes da CPI, apoio da Justiça e do Ministério Público, dezenas de depoimentos em quarenta e três sessões públicas.

Quais eram as principais perguntas da CPI: Por que o Banestado quebrou? Por que o Banestado foi saneado e depois de saneado, limpo, reformadas todas as agências com o dinheiro do empréstimo, vendido para um Banco privado a um preço irrisório em relação ao que ele valia?

A CPI foi dividida em quatro módulos: o módulo da CC-5, ou seja, a remessa de dinheiro brasileiro para o Exterior, colocou-se os moldes operantes de como se fazia essa situação de remessa de dinheiro da grande lavanderia chamado Banestado; o módulo da privatização, como foi privatizado, por quê? Como foi avaliado? O módulo do saneamento, aonde foi aplicado esse dinheiro para sanear o Banestado; e o módulo da quebra. Das contas CC-5 é possível imaginar que foi remetido, via Banestado, mais de setenta e cinco bilhões de dólares ao exterior, faltando para a economia brasileira no fomento da indústria e da geração de emprego.

A quebra, empréstimos fraudulentos, falta de documentação sem garantias necessárias, renovações irregulares, restrições bancárias e ignoradas, valores não lançados de créditos em atrasos, ou crédito em liquidação, irregularidade nos balanços e prejuízos escondidos, falta de cobrança judicial, negociações absurdas com descontos de precatórios, negociatas com o Banestado Leasing, oitocentos milhões de reais de prejuízo, fraudes na questão do crédito imobiliário, prejuízos assumidos pela corretora Banestado e a Megacredit, em torno de trezentos e dois milhões de reais a corretora apresentou como prejuízo. O empréstimo na agência Grand Cayman em dólar.

O Banestado, para que todos saibam, tinha agência no Paraguai, em Nova Iorque e em Grand Cayman, paraíso fiscal. Um dia um diretor ligou: “libera dinheiro emprestado para essas quatro empresas”. As empresas receberam dinheiro na conta, já remeteram para Nova Iorque, depois sumiram com o dinheiro, e nós, o povo, a nossa população está pagando. Está pagando dinheiro suficiente para construir quatro mil casas populares por mês, dinheiro suficiente para comprar três mil e quinhentos carros populares por mês para atender à saúde, à educação, à segurança.

Dinheiro suficiente para construir cinquenta novas escolas no Estado do Paraná. Dinheiro suficiente para construir mil UTIs todo mês. Mas não, todo mês o Estado tem que honrar a dívida com o Banco Central, porque o ex-Governador assinou um contrato dizendo que se o Estado não honrasse no dia 28, no dia 2 viria descontado do repasse do Estado. Portanto, a nossa receita está vinculada à dívida que vence em 2029.

O maior roubo. Os grandes piratas. O Governador sabia. O Presidente do Banestado, na época, sabia. Os diretores do Banestado sabiam. O Banco Central sabia, ele é co-responsável porque não decretou intervenção quando o Banco apresentava um passivo de 2,8 bilhões de reais. O Estado tem que acertar a conta com o Banco Central, inclusive com a Caixa Econômica Federal. Que o Banco cobrava juros extorsivos de um Banco público. Pelo nosso cálculo foram cobrados juros extorsivos de mais de 400 milhões de reais. E hoje a população do Paraná paga a conta.

Tudo isso à vista de todos. O Tribunal de Contas sabia. Ele escondeu. Porque sequer quando aprovamos aqui as contas do governo passado, sequer esteve dentro do balanço, o Banestado. E deixou uma dívida de trinta anos. Pagamos até aqui 5 bilhões de reais e devemos mais de 12 ou 13 bilhões de reais.

A Festa do Saneamento - quando conseguiram 5,6 bilhões e reais para pagar e jogar embaixo do tapete todas essas falcaturas. Porque, segundo a Tereza Grossi - ex-Diretora do Banco Central - o Banestado estava sendo administrado por uma quadrilha.

Como foi aplicado esse dinheiro para sanear o Banco? O Banco tinha títulos a receber no valor de 1 bilhão e meio de reais. O governo foi lá e comprou por 1

bilhão e meio de reais. Exatamente o seu valor e mais cem milhões de reais em cima.

Agora, os 600 milhões que foram para o Banco Itaú, ou foi para o rio Paraná, foi avaliado por 2% do valor de face. O Banco Central forçou o Banestado adquirir precatórios podres de Osasco, Santa Catarina, Guarulhos e Maranhão. Prejuízo de mais de 400 milhões de reais. O Banestado assumiu a carteira de fomento, inclusive com empréstimos das montadoras: Renault, Audi e outros.

Avaliação - foram contratados e credenciados dois bancos para avaliar o Banestado. O Banco CCF que sequer tinha CGC para participar de uma concorrência pública, e o Banco Fator. Os quase 1500 imóveis foram avaliados na metodologia do “chutômetro”. Falando no popular vender uma fazenda com a porteira fechada, no caso do Banestado, venderam a fazenda avaliando apenas a porteira.

Diferença de valores entre o Banco Fator e o CCF na avaliação de alguns imóveis chegam a 1400%. Profissionais, avaliadores não estavam registrados regulamentemente no Crea do Paraná. Engenheiros mecânico avaliaram os bens fora de suas especificações. Não havia engenheiro agrônomo no orçamento de seis milhões de reais.

Marca do Banestado com exclusividade: quanto valia e ainda vendido com exclusividade das contas públicas. Antes de encerrar os cinco anos de exclusividade para o Itaú, assinou-se um novo contrato por mais cinco anos.

A avaliação do Banco foi de quatrocentos milhões de reais. O leilão foi vendido com ágio por um bilhão e seiscentos milhões de reais. E os prédios que o Banestado tinha? E as fazendas? E o patrimônio que esse Banco tinha de quatrocentas agências? Nada disso foi calculado.

Ainda a forte suspeita que a Goldman Sachs, representante do Banco Itaú, teve informações privilegiadas na avaliação dos créditos e no valor do Banco. Créditos podres foram comprados por 2% do valor, depois foram negociados e recebidos pela fortuna de oitocentos milhões. Só de créditos tributários o Estado do Paraná teria três bilhões e setecentos milhões de reais. Sabe por quanto que eles avaliaram esses créditos tributários?

Sessenta e um milhões de reais para o Itaú, sendo que o nosso crédito era de três bilhões e setecentos milhões de reais! O Governo atual está brigando na Justiça e, certamente, terá vitória nesse caso, porque a CPI desvendou totalmente o caso Banestado.

Pagamento de precatórios mais ações da Copel: além de tudo ainda deram ações da Copel para garantir títulos podres comprados por 2%. O Ministério Público, em nível nacional, investiga mais de dez nomes, entre eles Duda Mendonça, Maluf, etc. O doleiro Alberto Yussef pagava caixinha para funcionário do Banestado. Cobrança PIC: superfaturamento; via de exportação; valores de diferença e tal.

A CPMI do Congresso terminou em pizza, porque não podemos confundir o Banestado do Paraná com a

CPMI do Banestado em Brasília, porque esta era só sobre remessa de dinheiro brasileiro para o exterior, que acabou em pizza!

Em 2003, a nossa CPI da Assembléia Legislativa propôs o fim da exclusividade do Banco Itaú em relação ao dinheiro público. O Supremo derrubou a nossa lei dizendo que havia vício de origem, que não podia partir do Legislativo para o Executivo. Isso é impressionante, mas foi aprovado pelo Supremo e não podemos reclamar.

Um relatório de mil duzentas e quarenta e duas páginas, fartamente documentado, entregue à sociedade, encaminhado ao Ministério Público. Denúncia pública, julgamento moral dos culpados da sociedade, dezenas de processos abertos pelo Ministério Público e Ministério Público Federal. Quase cem réus já condenados; cerca de cinquenta condenados em 1ª Instância, inclusive à prisão; quinze réus condenados em 2ª Instância.

Ações da Procuradoria Geral do Estado e do Ministério Público contra a exclusividade das contas, pela devolução dos créditos tributários: há também uma ação que o Estado está executando. Impedimento da execução de créditos precatórios e recebimentos das ações da Copel: também o Estado está lutando.

Reavaliação dos empréstimos a montadora. também o Estado está lutando. Foi dinheiro sem juros para se pagar em 26 anos. Quando chegar os 26 anos não vai valer mais de um milhão, cento e trinta e sete mil. Além de terrenos e outras mordomias mais. Mas, tudo bem.

Então, o objetivo do livro é contar uma página triste mas marcante na história do Paraná. Garantir à população que não há impunidade. Evitar que a história Banestado caia no esquecimento. A sociedade precisa saber e não pode esquecer desses fatos.

Concedo aparte ao ilustre Deputado Scarpellini, que pediu primeiro.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSDB)

Deputado Neivo Beraldin, quero cumprimentá-lo, em primeiro lugar, pelas colocações técnicas que V. Exa. está fazendo nesta Casa.

V. Exa. disse que o ex-Governador assinou em Brasília um contrato onde se comprometeu em nome do Estado do Paraná a pagar cinquenta milhões de reais, ou dólares ao mês, não sei. Gostaria de perguntar a V. Exa, se o Governador, ao assinar esse contrato em Brasília, se tinha a autorização desta Assembléia?

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Tinha, sim, senhor.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

V. Exa. que está tão por dentro do assunto, poderia me passar uma relação dos Deputados que votaram a favor dessa autorização legislativa para que o Executivo pudesse assinar?

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

V. Exa. só faz um requerimento ao Presidente da Mesa que imediatamente chegará em suas mãos.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Não vou fazer requerimento.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Não tenho autorização para pedir à Mesa. V. Exa. que está interessado em saber, posso lhe garantir que o meu voto não teve.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Só quero saber. É que V. Exa. também fazia parte da Bancada de apoio do Governo Lerner.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Não, isso não é verdade.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Então, já fiquei mais esclarecido.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Aliás, o seu aparte já vem sempre, como os políticos, costumeiramente, procura pegar uma caronazinha. V. Exa. está procurando uma carroça que não deve ser a minha. Porque, sinceramente, não lhe dou espaço. E o trabalho técnico é competente, ele não merece aparte.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Quero me informar.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

V. Exa. devia estar informado, pois está há trinta anos na vida pública.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

É que estou vendo tanta coisa! É do meu conhecimento como é do conhecimento desta Assembléia, certos relacionamentos de amizade que existiam entre alguns Deputados e até o Secretário da Fazenda da época...

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

V. Exa. lembra da venda da Copel?

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Lembro muito bem.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Lembra de quem estava do lado de lá?

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Participamos dessa luta juntos aqui. Mas, quero só me esclarecer porque acho que o Paraná precisa saber exatamente. O Procurador de Justiça, Dr. Milton Riquelme de Macedo, quais as providências que ele tomou como Procurador de Justiça quando lhe foi

encaminhado? Em 2003 ou posteriormente, porque ele assumiu a Procuradoria de Justiça e eu gostaria de saber se V. Exa. pode me dizer qual foi realmente as providências que o Estado representado pelos Procuradores tomaram?

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Qual é a prerrogativa de uma CPI? ela tem poder de investigação. Após feita a investigação o Presidente da CPI propõe aos membros da CPI para que eles aprovem o relatório. Isso foi feito por unanimidade na CPI.

Após a aprovação, veio para este Plenário que aprovou por unanimidade. Após esse procedimento, foi encaminhado ao Ministério Público Estadual para que promovam as ações cíveis.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

E foi feito?

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

O que foi feito até este presente momento tem que perguntar ao Ministério Público Estadual. Agora, depois ao Ministério Público Federal.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Eu estou com aparte. Gostaria de saber.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Estou tentando esclarecer a V. Exa.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Porque esta Assembléia votou novamente na recondução dando *ad referendum* ao Decreto do Governador, nós votamos - eu não votei - na recomendação de Milton Riquelme de Macedo como Procurador de Justiça do Paraná. E pelo o que sei, existe uma grande grita com relação a algumas providências que não estão sendo tomadas pelo Procurador de Justiça.

V. Exa. como sendo um homem que conduziu a CPI e encaminhou para o Ministério Público, nós precisamos saber se esse Procurador cumpriu...

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Deputado Scarpellini, desculpe-me, mas acabei de ler aqui e não sei se V. Exa. entendeu, mas estão aqui. Ações da PGE e do Ministério Público contra a questão: contra a exclusividade das contas; pela devolução dos créditos tributários; impedimento da execução dos precatórios e o recebimento das ações da Copel; revelação dos empréstimos às montadoras.

Tudo isso, já falei, é objeto de ação em conjunto do Ministério Público que faz a sua parte. Nós não podemos dar a atribuição do que o Ministério Público não tem. Quem representa o Estado é a Procuradoria do Estado e não é o Ministério Público.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Deputado, é o seguinte: há uma confusão muito grande nessa questão de representar o Estado. O Ministério Público representa, sim, o Estado.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Representa, mas oficialmente quem representa o Estado, quem assina a procuração para entrar com uma ação em nome do Estado.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Concede um aparte, Deputado Neivo Beraldin?

Muito obrigado, Deputado Neivo!

Fiquei preocupado com duas palavras suas aí. V. Exa. disse que o Banestado era comandado por uma quadrilha.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Quem disse foi a ex-Diretora do Banco Central, Tereza Groci.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Fiquei preocupado, porque estou vendo na televisão inserções do PFL atacando o Governo Lula, dizendo que o Lula não vê nada; estou vendo na televisão inserções do PFL "batendo duro" no Lula, dizendo que o Lula era cego, não enxergava. E eu perguntava, Deputado Neivo, se na época do Governo Lerner, porque o Lerner era o grande comandante do Paraná, Governador do Estado, ele não enxergou tudo isso?

Porque eu vejo hoje o PFL "bater" no PT, "bater" até usando a pessoa de um deficiente visual, em uma propaganda muito bem feita, meio parecida com aquelas que o Duda fazia na campanha do PT, muito bem tecnicamente. E agora percebo no seu pronunciamento e nesse estudo profundo que V. Exa. - e queria lhe cumprimentar - porque quando o senhor falava, poucos prestavam atenção na denúncia que V. Exa. está fazendo e que V. Exa. falou de cem pessoas presas, alguns já foram soltos, outros estão com liberdade, dinheiro público já foi resgatado, estamos falando de cinquenta milhões por mês e não por ano, que o Estado do Paraná está pagando. E perguntaria a V. Exa. se naquela época o atual Governador, que me parece era do PFL, não via também ou só agora que o PFL acha que o Lula não vê as coisas que aconteciam no Governo?

E, para finalizar, Deputado Neivo, abusando do seu brilhante estudo e da sua equipe, V. Exa. disse do Tribunal de Contas e isso me assustou profundamente. V. Exa. disse que o Tribunal de Contas do Paraná não anexou as contas do Banestado e esta Casa votou a favor das contas do Governo Lerner durante oito anos. Fiquei impressionado com isso, Deputado Neivo Beraldin!

Então, consultaria a V. Exa. essa questão da quadrilha, se o Jaime Lerner via ou fazia que não via e está como essa propaganda do PFL de hoje e essa questão do

Tribunal de Contas. Deputado Neivo, fiquei assustado com o seu pronunciamento! Muito obrigado pelo aparte!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem mais cinco minutos, que é do Pequeno Expediente ainda.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

V. Exa. não se assuste porque todo o histórico da CPI está nesse livro, aqui, e é público. E eu faço isso mesmo colocando a minha vida em risco e até mesmo a da minha família para tentar mudar o estilo político deste país, inclusive aqui desta casa, porque nos não podíamos ter aprovado oito anos, eu não aprovei, bem o Zé Maria, nos pulamos fora, porque eu tinha, e tenho como hoje do Governo atual, quadrimestre e quadrimestre o que ele investiu em saúde, educação e segurança, porque tenho uma equipe técnica que me acompanha para que eu faça um bom mandato.

Agora, a maioria ou a grande maioria dos Deputados está pela manhã ou o dia inteiro na rádio dando cadeira, dando cesta-básica, sendo bonzinho. enquanto que o trabalho do legislador (...)

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Deputado, o senhor pode nominar quem são esses, por gentileza?

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Ora, são em torno de dezessete aqui.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Mas, fale os nomes. Quem é que faz isso?

O que o senhor tem contra o radialista, Deputado?

Eu acordo às quatro horas da manhã, a minha profissão, sou jornalista. O que o senhor tem contra a minha vida, que é limpa? Eu não peguei dinheiro no governo passado, ou neste governo. É este Deputado?

Nomine então os Deputados.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Os Prefeitos da Região Metropolitana de Curitiba estão apavorados porque eles não conseguem administrar, o dia inteiro são condenados publicamente pela rádio e pela televisão. Vão lá, filmam uma valeta do município, que tem em todo o lugar, e aí chamam (...)

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Não generalize, Deputado, dê os nomes.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Eu falei da Região Metropolitana de Curitiba, eu não falei de Londrina.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Mas, eu estou defendendo a classe dos radialistas, eu não nego a minha origem.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Mas, eu não estou contra o radialista, eu só acho que para ser Deputado tem que ser Deputado de verdade, não pode apenas ter o título e aparecer aqui para votar sem saber o que está votando.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Um lixeiro ou um carpinteiro também pode ser Deputado, como um radialista, qualquer um, desde que tenha votos.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Pode. Desde que trabalhe na função para fazer bem feito o que faz.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Eu sou o que menos falou nesta Casa, se for levantar essa questão.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Eu não estou me referindo a V. Exa. V. Exa. está em defesa do pessoal da rádio e não é assim.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

É que o senhor generaliza, Deputado.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Eu não sou contra o radialista, mas vamos parar de demagogia neste país, porque o povo está revoltado, está vendo assassinatos, está havendo uma descrença generalizada, está uma falta de respeito geral, porque nós aqui estamos dando um mau exemplo.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito ao serviço de som que assegure o som apenas para o orador que está na tribuna, Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Concedo um aparte ao Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch (PFL)

Agradeço ao Deputado Neivo Beraldin, e digo que o respeito muito como Deputado, a V. Exa. que preside a Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa, a V. Exa. que tem inúmeros documentos em seu poder. Nós sabemos que V. Exa. fez um trabalho fantástico na presidência da Comissão do Banestado. Mas, V. Exa. durante o seu pronunciamento fez menção também à questão da Copel e eu não sei se V. Exa. também falou sobre o pedágio. Eu só queria perguntar, não do Banestado, o Banestado eu sei que o tempo não nos permite, só lembrá-lo que é sigilo bancário. Mas, parece-me que houve (...)

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

O sigilo bancário do Banestado foi quebrado por ordem judicial, porque se dependesse (...)

O Sr. Elio Rusch (PFL)

Não estou me referindo a esse pronunciamento, eu estou dizendo a um documento do Banco Central ao Banestado, em dezembro de 1994, antes do Jaime Lerner assumir.

Eu só queria fazer uma pergunta para V. Exa, bem objetiva: quem é que foi o autor da lei das concessões no Estado do Paraná das rodovias, quem foi o autor?

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

V. Exa. não tente confundir as coisas.

O Sr. Elio Rusch (PFL)

V. Exa. foi o autor das concessões. E foi em cima da sua lei que o ex-Governador fez o pedágio no Estado do Paraná.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

E que, aliás, é muito boa, tanto é que hoje, esta semana fomos inaugurar em Paranaguá um terminal de açúcar que exporta três milhões de toneladas, por ano, que antes eram exportadas via Santos. E com a Lei das Concessões, o porto pôde dar (...)

O Sr. Elio Rusch (PFL)

Agradeço o aparte.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Agora, em 1995, V. Exa. que também foi um lutador também para vender os restos da Copel (...)

O Sr. Elio Rusch (PFL)

Não. Não fui lutador. E eu tenho que fazer ainda um registro: cadê os Deputados que votaram a favor da lei e depois quando veio uma lei de iniciativa privada votaram contra. Deputado Neivo Berardin, o senhor defendeu Jaime Lerner durante muito tempo, V. Exa. defendeu muito tempo, sim.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Ah, só me faltava esta, o Jaime Lerner teve dois mandatos, nos primeiros dois anos parecia que ele era o salvador da pátria...

O Sr. Elio Rusch (PFL)

E V. Exa. naquele tempo fez a lei.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Quem fez foi o Fernando Henrique Cardoso, Fernando Henrique Cardoso é autor da Lei das Concessões no Brasil! V. Exa. tenta confundir só porque eu ataquei o seu Governador Jaime Lerner, eu não ataquei a pessoa, eu não falei nem uma vez do ex-Governador Jaime Lerner e nem disse que os bens do Governador foram tornados indisponíveis pela Justiça do Paraná e que ele recorreu a Brasília alegando foro privilegiado.

Só que agora não tem mais, vai voltar à estaca zero aqui e este país vai ter que mudar, chega de dizer amém, chega de fazer de conta que é o que não é.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, eu não entendi o Deputado Neivo Berardin, ele fez um ataque pessoal aqui aos radialistas e o senhor me permita defender aqui a classe.

Eu fiz um aparte e não estou entendendo o Deputado Neivo, ele não está bem, fiz um aparte elogiando ele...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Deputado Jocelito, não cabe Pela ordem, peço a sua compreensão nesse sentido senão vamos prolongar o debate.

Horário das Lideranças:

Passamos ao horário das lideranças, Bloco PTB, PL e PMR.

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

***Liderança do Bloco PTB/PL/PMR:
Deputado Jocelito Canto (PTB)*****O SR. JOCELITO CANTO**

Sr. Presidente, já que o senhor não foi democrático ali eu venho aqui. Na verdade, Sr. Presidente, eu não entendi o Deputado Neivo, eu não entendo, a gente faz um elogio para o Deputado ele atira uma pedra. O que é isso Deputado? Eu lhe fiz um baita de um elogio gauchesco, bacana, tchê, e V. Exa. me faz uma besteira dessas! Com todo respeito elogiei o seu trabalho e ele atira uma pedra nos radialistas! Quantas entrevistas já fiz com V. Exa, o senhor falou tão bem na rádio e quando o senhor quiser está à disposição para ouvi-lo!

Eu só queria deixar claro aqui que qualquer um pode vir para esta Assembléia, não são só os intelectuais. O Parlamento se faz com os intelectuais, com jacus, com operários e com todo mundo, só será um bom Parlamento quando tiver todo mundo porque cada um defende a sua classe, cada um tem um jeito, ninguém pode impedir que venha um radialista, que venha um professor, que venha um advogado. O Parlamento é bonito por isso vêm os escolhidos pelo povo! Só, pronto, Deputado Neivo, com todo respeito que tenho por V. Exa. e por aquele churrasquinho, no final da tarde, quando nosso time da Assembléia ia na sua chácara, geralmente perdia, mas a picanha era boa!

Concedo um aparte ao Deputado Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)

É rápido Deputado. Eu acompanhei a discussão, eu acho que o Deputado Neivo fez um brilhante discurso a respeito do Banco do Estado do Paraná, mostrou porque

o Paraná hoje paga 650 milhões de reais, todo ano, até 2030, 2030 pagando 650 milhões!

Estão aqui os técnicos, profissionais do ensino superior, o que o Paraná gasta durante um ano com todo ensino superior, pagando o salário de vocês de professores, sustentando os professores chega a 480 milhões, a brincadeira da privatização do Banco do Estado do Paraná trouxe um acréscimo de despesa para nós de 650 milhões até 2030! O Governo passado fez o Estado do Paraná ficar falido!

Então o Deputado Neivo tem razão quando alerta estas coisas, tem a minha solidariedade e a solidariedade da Bancada do Partido dos Trabalhadores e vocês que são técnicos e que lutam pelo ensino público e gratuito para que os trabalhadores tenham inteligência, sejam bem formados, possam mudar a vida, mudar a si, mudar o Paraná e o Brasil, vocês estão de parabéns, porque vamos aprovar por unanimidade o Plano de Cargos e Salários de vocês.

Mas ainda, Deputado, quero ser solidário com V. Exa. também, que sempre foi um lutador dessas causas, Deputado Jocelito. Compreendo que o Deputado Neivo não quis se referir a todos os radialistas. Ele fez uma observação particular. Pode ter atingido genericamente, mas o senhor compreendeu muito bem o que o Deputado Neivo quis falar desta tribuna, como eu.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Está devidamente perdoado o Deputado, não tenha dúvida. O perdão é o que há de mais bacana no cidadão que tem no coração, Jesus. Que digam os pastores aqui presentes.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu vi duas pérolas aqui. Gosto de ficar observando os discursos. Tem gente que não gosta. Eu gosto de ver as pérolas.

A primeira, do Deputado André Vargas. Essa foi uma pérola sensacional. Ele disse e depois disse que não disse, mas se pegarmos as notas taquigráficas, vemos que tem. Diz que esse Plano que estamos votando hoje, das universidades, não saiu pela cabeça do Governador. Estou acompanhando este processo desde o começo, até porque na Universidade Estadual de Ponta Grossa, na região que represento, sou Deputado distrital, brigo pela minha região que, automaticamente atinge todas as demais universidades e acho que a maioria dos Deputados faz isso pela sua região.

Quando eu citar Ponta Grossa, não levem por desforo as demais universidades. Estou fazendo pela minha região. Acompanhando atentamente lá toda a negociação, eu vi que trabalho bonito foi feito pelo sindicato de Ponta Grossa. Os servidores estão há nove anos sem aumento, desde março de 1997. São nove mil servidores que vão ser contemplados. Foi um trabalho muito bem feito pelos sindicatos das universidades. Foi feito pela Procuradoria do Estado, pelo Dr. Heron Arzua, pelo Dr. Stephanes, pela Maria Marta e principalmente pelo Aldair Rizzi,

Secretário do Ensino Superior do Paraná e na pessoa do Governador, que autorizou fazer todo esse estudo e que culminou num grande estudo, num grande trabalho de todos unidos em favor dos servidores das universidades do Paraná. Foi, sem dúvida, um grande avanço.

Fiquei feliz hoje, vi o Deputado Barbosa Neto, crítico do Governo, cumprimentar o Governo. Fiquei feliz. Já vi o Deputado Elio Rusch, querendo dar umas indiretas de que é bom. Então, fico feliz de ver a Oposição feliz com esse Plano de Cargos e Salários que o Governador está concedendo hoje, porque nos últimos nove anos não teve aumento. Passou o Governo inteiro do Jaime e, aliás, o Jaime está igual ao Lula.

Vejo a propaganda do PFL lá e tenho que fazer um comentário, porque sou um analista de mídia. Sou apaixonado pela mídia. Adoro a mídia e fico vendo aquela propaganda do ceguinho onde ele vira para um lado, daí vira para o outro. O Lula não viu, coitadinho do Lula, não viu. Usando um cidadão deficiente, num ano em que a CNBB faz homenagem aos excluídos, vemos na propaganda do PFL um deficiente visual dizendo que o Lula não viu.

Daí, escuto o pronunciamento do Deputado Neivo Beraldin, dizendo que uma Ministra disse que tinha uma quadrilha no Paraná. Uma quadrilha que ninguém viu. Eu me lembrei que o Governador do Paraná era quem? Era do PFL. Então o PFL também não viu! Deputado Elio, mande tirar essa propaganda, manda sacar essa propaganda. No passado não viram, o Tribunal não viu. O Ministério Público não viu. O Ministério Público só vê os coitados dos prefeitos e dos ex-prefeitos e, por qualquer coisinha, vai lá e os pega.

Então, aproveitando esta ocasião aqui hoje, para dizer que estamos felizes com os servidores, mas cumprimentar o nosso Governador.

O Governador tem os seus problemas, não faz tudo que promete, não consegue cumprir tudo, ninguém consegue cumprir tudo. Ninguém consegue fazer tudo o que quer. Ninguém!

Esse é o nosso mal, porque às vezes prometemos na eminência de ganhar uma eleição, prometemos mas não conseguimos cumprir. Mas se fizemos bastante daquilo que prometemos já está bom.

Claro que o Requião deixou de cumprir alguns compromissos. Alguns irá cumprir até o final do governo. Mas olha, os servidores, ele está botando ordem na casa. Está botando ordem na casa, sim, professores, policiais. O que não se fez nos últimos oito anos, no governo anterior, está se fazendo nos três e meio, quatro anos agora. Podia ser melhor, queríamos mais, mas é o que se pode fazer até o momento.

Hoje pela manhã fiquei feliz de ouvir o Governador no rádio, lá em Telêmaco Borba - eu estava lá fazendo rádio - ele dizia que vai ver a questão dos Delegados e dos Procuradores, que votamos ontem aqui. Disse isso ao Deputado Stica, que me contou também hoje, que o Governador está preocupado e olha, daqui a

pouco vem uma surpresa aí, vem uma lei rapidinha para aprovar para esses que ficaram fora do aumento.

Mas, parabéns ao governo, parabéns para os Secretários, para os sindicalistas, para os professores, para os leitores, para o povo do Paraná e para o setor da universidade.

Acho que as coisas vão melhorando. Não é o que queríamos, mas que as coisas estão melhorando, estão, aos pouquinhos, mas estão. Aqui fica esse elogio e essa união dos sindicalistas, dos Secretários de Estado, dos Reitores das universidades e do Governo.

Parabéns ao Governador Requião, podem falar o que quiserem dele, mas neste momento ele vem fazendo alguma coisa boa, principalmente para os servidores das universidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Bloco PP/PSB. Deputado Scarpellini.

Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O pronunciamento do Deputado Neivo Beraldin fala de uma palavra dada pela Ministra, que não era Ministra, era Presidente do Banco Central, a Sra. Tereza Grossi, que disse que o Banestado era uma quadrilha.

Muito bem, qual a providência que a Ministra então tomou para sanear essa situação? Pelo que se sabe, o Banco Central refinanciou uma dívida para sanear o Banestado e, depois permite que aquele Banco saneado seja vendido por um valor inferior ao que o próprio Banco tinha para receber de crédito, de ICMS do Governo do Paraná.

Eu não era Deputado no Governo Lerner. Não fui Deputado, não estive nas votações da Copel, não apresentei projeto de lei autorizando as concessões. Não estive na votação que autorizou a venda do Banestado, porque não era Deputado, era apenas um cidadão do povo.

Aqui compareci, juntamente com milhares de outros paranaenses para protestar contra a venda da Copel, para protestar contra a situação do Banestado, levantando a voz como cidadão.

Quero, nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tratar de um assunto para fazer uma memória.

Disse o Deputado que os bens do ex-Governador estão indisponíveis. Cujas indisponibilidade foi objeto de recurso ao Supremo Tribunal e que agora volta para a instância inicial que seria o Tribunal de Justiça, por onde se começa o procedimento jurídico contra quem exerceu ou exerce o cargo ao Governador do Estado.

Não será objeto de apreciação por este Deputado essa questão que está na justiça. Mas quero, sim, dizer que o Deputado Neivo Beraldin fez um grande trabalho,

importante e interessante para o Paraná, uma memória do que foi o Banestado. A justiça vem condenando vários Diretores do Banestado por evasão de divisas, ex-Diretores. Não existe mais o Banestado. Mas será que esses Diretores participaram e fizeram crimes sozinhos?

É o único lugar que vejo alguém ser condenado que tenha praticado crime que lesou o patrimônio público e que o beneficiário, aquele que foi beneficiado lá na ponta, não é condenado. Porque só se condena até agora, de diretores, gerentes e os beneficiados com as remessas, com as concessões que foram dadas ali.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT) (Aparte)

V. Exa. disse que Tereza Grossi era Ministra. Não, era ex-Diretora do Banco Central.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

V. Exa. é que disse que ela era Ministra.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT) (Aparte)

Não! Ex-Diretora do Banco Central. O senhor se referiu à Lei das Concessões. V. Exa. sabe que 100% dos contratos de ônibus intermunicipais do Estado do Paraná estão vencidos, inclusive alguns desde 1974. É uma concessão que o Estado dá. V. Exa. sabe que a Lei das Concessões obriga uma concorrência pública. V. Exa. já viu alguma vez na vida o Poder Legislativo participar da elaboração de um contrato, estabelecer índices, tabela, valor? Não sou contra o pedágio, pelo contrário, mas não nesse preço. Isso é um roubo!

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Muito obrigado!

(Tumulto no plenário)

Agradeço o aparte, a colaboração de V. Exa., Deputado Neivo Beraldin. E assim como V. Exa. sabe o que é uma concessão pública, eu também sei. Eu não fugi tanto tempo da escola. E também não caí de carroça, Deputado, como V. Exa. falou naquela tribuna. Só que não gosto de freqüentar a Granja, porque acho que quem gosta de granja é galinha.

Quero, Sr. Deputado e Srs. Deputados aqui presentes, não vou à Granja do Cangüiri, não ando a cavalo. Não é do meu feitio estar presente na tribuna para elogiar o Governador ou quem quer que seja, na espera de alguma benesse.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

O Governador não assinou a minha carteira de trabalho.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

E muito menos a minha. Se ele assinou carteira de trabalho, V. Exa. deve estar se referindo a um outro Governador, porque este que aí está, nunca teve carteira de trabalho. Jornalista e advogado, não conheço nenhum trabalho jurídico e nenhum trabalho jornalístico do atual

Governador. Portanto, desconheço sua carteira de trabalho também.

Quero, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nesta oportunidade, falar sobre os danos que o Paraná sofreu com a perda do Banestado, que todos os paranaenses tinham orgulho de ter aqui seu Banco, que era o Banco do povo do Paraná. Mas, se omissão houve, não houve apenas por parte do Governador da época. Houve, sim, por um silêncio de muitos daqueles que hoje têm assento nesta Casa ou que estiveram por aqui, que também consentiram para que isto pudesse ocorrer.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estivemos aqui na luta para que a Copel não fosse vendida. Viemos como cidadão, viemos aqui empurrando a bandeira ao lado do Caíto Quintana, do Waldyr Pugliesi, do Álvaro Dias, ao lado do Governador Roberto Requião. Portanto, o Banestado caiu. Como caiu o Banco Bamerindus, que era o Banco também desta terra...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

...que também era o orgulho do povo paranaense, também caiu. E foram essas pessoas que estavam lá no Banco Central, juntamente com esta D. Tereza Gross, que ajudou a explodir o Banco Bamerindus. Mas, o Governador Roberto Requião era um dos que alimentava a explosão do Banco Bamerindus naquela época, porque lá estava seu desafeto político, o Sr. Andrade Vieira. E, de repente, a onda foi tão grande que ninguém conseguiu conter. Virou uma tsunami. E aí foi o Bamerindus, foi o Banestado. E agora não podemos vir aqui e jogar a culpa nas costas de um homem só.

Portanto, Sr. Deputado Neivo Beraldin...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Seu tempo já esgotou.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Falta um segundo ainda. Portanto, quero cumprimentá-lo pelo trabalho.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No horário destinado à Liderança do PDT, com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; o programa do Jornal Nacional de ontem, da Rede Globo de Televisão mostrou o grito lancinante de crianças que estão com suas gerações desperdiçadas. Jovens sem nenhum tipo de perspectiva de futuro de vida.

Esta reportagem-documentário nossa com a maior seriedade e realidade o problema das drogas que é, na verdade, o flagelo não do Rio de Janeiro, mas de várias populações brasileiras. Nos grandes centros, nos pequenos e até nos médios, nos ínfimos, seja na zona urbana ou na zona rural, hoje Paraná problemas das drogas é devastador.

Ali nós vimos com muita profundidade como é difícil vencer a batalha das drogas, já que os traficantes estão adotando as crianças, fazendo deles aviõezinhos intermediários do tráfico de drogas, sob o beneplácito, inclusive, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os estudiosos, os antropólogos, os sociólogos que foram entrevistados pelos repórteres da Rede Globo, todos eles foram unânimes em dizer: "Só a educação, e a educação em tempo integral pode resolver este problema, a médio e a longo prazo". V. Exas. podem até estar perguntando o que tem a ver o Rio de Janeiro com a nossa realidade aqui? Tem muito a ver. Nós que estamos diariamente nas periferias das grandes cidades, ou na zona urbana, ou rural das pequenas cidades, sabemos que hoje infelizmente as drogas devastam e destroem todas as famílias que estão com os seus membros envolvidos infelizmente nessa verdadeira desgraça humana que é a questão das drogas.

Mas aqui no Estado do Paraná, eu trago essa discussão para cá quando vejo por exemplo a denúncia que é feita pelo Dieese, Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos e Estatística, e também da APP Sindicato, denúncia que nós já fizemos em várias oportunidades dessa tribuna de que o Governo do Estado desrespeita o artigo 212 da Constituição Federal que obriga 25% da arrecadação ser investido em educação básica. Este mesmo Governo, que nega um bilhão de reais ao longo desses três últimos anos para as crianças, que hoje estão sem creche, crianças que hoje estão sem oportunidade de poder estudar, porque moram distantes, ou porque têm que trabalhar, ou porque não têm professores, ou porque estão com as classes lotadas, ou por outros problemas já mais graves da marginalização, seja da prostituição, das drogas; este Governo do Estado que se diz adepto da Carta Del Pueblo, que fala da preferência, preferencial pelos pobres, tem um verniz um progressista, mas tem um fundo fascista e conservador porque nega recursos para as crianças, para a educação; mas gasta com publicidade, mas permite por exemplo o nepotismo desenfreado com vinte e seis parentes no primeiro escalão do Governo Requião.

Então, a gente tem que ter lado, a gente tem que ter postura. Quem sobe a esta tribuna preocupado com os aplausos, quem dá o tapa e esconde a mão, quem em três anos e meio é Situação e nos últimos seis meses, perto da eleição, vira Oposição é oportunista, e não merece crédito esse tipo de crítica. E eu quero revidar, porque quero que investiguem o meu passado antes que falem de mim, e não permito generalizações, não permito, eu honro a minha profissão. Sou radialista, sou jornalista, e quero

que apontem aqui as minhas falhas, não sou dono da verdade, mas não admito que seja colocado na vala comum o meu nome também em meio de bandidos que possam existir em quaisquer profissões. Mas, não sou tolo a ponto de generalizar e cometer injustiças como fez aqui, lamentavelmente o Deputado Neivo Beraldin.

Estamos tratando de uma questão muito mais grave, uma questão muito mais séria. Esse Governo não tem desculpas para não se investir o mínimo Constitucional dos 25% em educação básica. E esse é um ponto, e não adianta vir aí qualquer tipo de contra-argumentação, porque contra fatos não há argumentos, é um número frio.

Em 1997 o governo que estava no poder investia 39% em educação, um bilhão de reais naquela época em educação, isto sem correção. E é justamente esse um bilhão de reais que hoje é negado pelo governo do Estado. Descumprindo deliberadamente a Constituição. Desrespeitando até o Ministério Público. E tivemos a oportunidade de debater essa questão na Comissão de Educação desta Casa, quando o Deputado Tadeu Veneri a presidia.

Infelizmente, neste país a lei é para ser descumprida. E não se toma nenhum tipo de providências legais contra esse desrespeito.

E se fosse só isso, até que vá lá, mas não é. Entre os três estados do sul do país o Paraná é campeão em evasão escolar. Entre Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, o nosso Estado paga os piores salários para os professores. Mesmo com o plano que foi aprovado recentemente.

Faço questão de subir a esta tribuna para trazer esse tipo de esclarecimento.

Concedo um aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

V. Exa. fala em investimento na educação. V. Exa. tem razão.

Fazemos uma avaliação a cada quadrimestre da aplicação do governo em educação. Tenho aqui o estudo de 2002, 2003 e 2004, mas vou estender um pouco mais para a saúde, segurança.

O básico da situação é que aprovamos um orçamento aqui e temos que acompanhar a aplicação daquele momento. E depois é tarefa nossa aprovar ou rejeitar as contas do governo.

Os técnicos do Tribunal de Contas escreveram onde o governo pecou, nessa rubrica ou naquela. Mas os conselheiros fazem um arremate dizendo que, com ressalvas, aprova-se as contas. E aqui a comissão de finanças da Casa tem que dar um parecer, tem que estar no relatório onde estão as falhas do Executivo.

Agora, temos que fazer o dever de casa, porque o primeiro dos três poderes é o Legislativo.

Para colaborar com V. Exa. vou remeter de imediato a análise das contas feitas pela Comissão de Fiscalização e Controle de 2002, 2003 e 2004.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Gostaria de cumprimentar o Deputado Neivo Beraldin, que é um Deputado técnico e tem um grande preparo.

Quando fui incluído entre os Deputados radialistas, reagi, mas tenho um profundo respeito por V. Exa. Essa sua contribuição é uma contribuição para todo o Estado do Paraná, para que possamos conhecer profundamente a questão da aplicação orçamentária, das suas rubricas e o nosso papel enquanto fiscalizadores da execução desse orçamento em prol de própria população do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Liderança do PFL, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança do PFL: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não iria usara o horário do PFL, mas os pronunciamentos dos Deputados Neivo Beraldin e Jocelito Canto fazem com que eu use esse horário para fazer alguns registros e para que a verdade seja restabelecida.

Ninguém tem memória curta. E homem sem passado é homem sem história. E quem tem história tem passado e quem tem passado fez a história.

Vamos lembrar alguns episódios que aconteceram no Paraná e no Brasil.

Aliás, sobre esse assunto já tenho me manifestado algumas vezes, neste mandato e em mandatos passados.

Tínhamos, no Estado do Paraná, um banco chamado Bamerindus, e seu Presidente era José Andrade Vieira, depois ele foi Ministro da Agricultura do Governo Fernando Henrique Cardoso. Pois bem, as Lideranças do Estado do Paraná, na época, oposição ao Zé Eduardo e oposição ao Governo Federal, hoje Governo do Paraná, denegriram a imagem desse Ministro e não sobrou outras: caiu o Ministro. Não só o Ministro caiu, como faliram e acabaram com o Banco Bamerindus, que era o único Banco privado do Paraná. Acabou o Banco.

Todo mundo sabe muito bem qual foi o slogan e a frase usada na época: “colocaram a raposa para cuidar do galinheiro!” E todos os investidores e pessoas, até menos esclarecidas, deixaram de trabalhar com o Bamerindus. E isso tem que ser lembrado.

Quem não se lembra da “fritura” feita em cima do Deputado Rafael Greca?

Pena que ele não está presente. Fui em defesa dele, na época, quando o atual Governador Roberto Requião o atacava e, hoje, por destino, de repente, ele está no PMDB. Ele era Ministro dos Esportes e Turismo do Governo Fernando Henrique Cardoso e a liderança do Paraná o “fritou”.

O que fizeram com o Ministro Alcení Guerra?

Acabaram com o moral do Alcení Guerra quando ele era Ministro da Saúde do Collor.

E o que foi feito com Ministro Reinhold Stephanes que, hoje, é Secretário do Planejamento do Governo Roberto Requião?

Acabaram, liquidaram com ele quando era Ministro da Fazenda. E eu, como Líder do PFL, na época, trouxe o Ministro aqui na tribuna, aqui na Assembléia, para falar sobre previdência, sobre aposentadoria no Brasil.

As pessoas que fazem parte do Governo, hoje, aqui na Assembléia Legislativa, na época eram Oposição e criticaram o Greca, criticaram o Reinhold Stephanes, criticaram o Alcení Guerra. Essas três figuras que sempre respeitei e continuo respeitando, foram e pediram ao Roberto Requião para participar do programa eleitoral em 2002, e o Requião aceitou. Estavam pedindo voto: “me chama que eu vou”, defendendo e pedindo voto para o Roberto Requião. Então, vejam os senhores por que eu disse que quem não tem passado não tem história. Isso tem que ser lembrado.

Eu fiz essa introdução para chegar ao Banestado. Falou-se muito do Banestado, hoje. Ora, se tem alguém que rouba, independente faça parte do Banestado, do Governo, dos Correios, da Petrobras, ou de qualquer órgão, qualquer empresa, seja estadual ou nacional, tem que ser punido, tem que ser responsabilizado, sim. Nunca defendi e não defendo corrupto e muito menos ladrão. Agora, vamos deixar as coisas acontecerem. Nós temos Justiça para punir.

O que é que aconteceu com o Banco do Estado do Paraná, Deputado Neivo Beraldin?

Quando Jaime Lerner assumiu o Governo em 95, o Banco do Estado, meus caros funcionários, e V. Exas. que aplaudiram o Deputado Ângelo Vanhoni, vocês sabem quanto é que o Banco do Estado recolhia, diariamente, no redesconto para liquidez para fechar o Banco do Estado do Paraná?

Seiscentos milhões por dia. Esse era o furo do Banestado em 95, quando o Jaime Lerner assumiu o Governo do Estado. Por que o Neivo não fala isso?

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Inscrevo-me para um aparte.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Se der tempo. Só tenho dez minutos!

Por que V. Exa. não falou sobre isso?

Por que é que ninguém falou aí que antes do Governo do Estado, o parente do atual Governador do Estado do Paraná, ex-Presidente do Banco do Estado, foi punido pelo Banco Central por inabilitação por dez anos? Os senhores sabem, meus caros funcionários, o que quer dizer punido por inabilitação pelo Banco Central? Pelo Governo Roberto Requião de 90-94. O Presidente do Banco foi punido pelo Banco Central, sabem por quê?

Ele está proibido de exercer durante dez anos. Punido pelo Banco Central. E os documentos estão no Banco Central, sim, e são de conhecimento público. Só que isso ninguém fala. Ninguém fala dos 600 milhões que o Banco do Estado tem que recorrer diariamente para fechar o caixa.

Ora, ninguém fala também das operações podres feitas no Banestado antes de o ex-governo assumir. Estão lá os documentos no Banco Central. Ninguém fala sobre isso.

Deputado Neivo Beraldin, não defendo ninguém que rouba; não defendo corrupto e nem o meu Partido. Por isso, Deputado Jocelito Canto, V. Exa., que disse que o PFL tem que tirar a propaganda do ar, não pode tirar do ar, não. Tem que mostrar exatamente quem é conivente, quem faz e quem não faz.

Ora, quem é o Jocelito Canto, nosso amigo, companheiro antes de ser Deputado. Nosso amigo é do Oeste do Paraná, de Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, por todos municípios. V. Exa. tem um Partido. O nosso Partido nós administramos e sabemos administrar muito bem. Se o PFL é para ser Oposição, sabe ser Oposição, sim. Fiscalizador e responsável. Defender o direito da propriedade do cidadão, sim. Fazer cumprir a Constituição, sim, seja a federal seja a estadual. E a lei que temos no Brasil tem que ser cumprida. Puna-se os responsáveis.

Agora, é muito fácil falar da Copel, do Banestado, do pedágio, de todas essas barbaridades que todos nós já sabemos, o que está acontecendo.

Deputado Neivo Beraldin, com todo o respeito que lhe devoto, V. Exa. sabe do respeito que tenho, que o enalteci sempre. Mas, antes de V. Exa. o Deputado Plauto já tinha pedido um aparte. Concedo aparte do Deputado Plauto e logo em seguida a V. Exa.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Deputado Elio, Srs. Deputados.

Quando Jaime Lerner tomou posse no ano de 1995, o ex-Governador em exercício chamava-se Mário Pereira. Porque o Governador da época, Roberto Requião, havia se afastado para poder concorrer à eleição de Senador da República. E lembro-me quando o Governador anterior assumiu, que o Banestado estava comprometido. Comprometido porque estava no redesconto. A informação que eu tinha era de 800 milhões de reais e o redesconto é o dinheiro que é pego lá do Banco Central, aonde o Banco paga um juro muito maior porque ele não tinha mais capacidade de sobrevivência. Estava pegando dinheiro a juro do Banco Central e pagando um valor muito elevado.

Mas, só para concluir, o Banestado tomou “cano” de vários grupos econômicos. Grandes empreiteiros, grandes indústrias, grandes grupos do nosso país. Cooperativas que tomaram o dinheiro e não pagaram a conta. Uma boa parte foi paga na época com precatórios. E é só olhar o histórico do Banco do Estado e não estou falando do Governador anterior nem do atual. Desde a década de

70 isto acontecia. As grandes empresas, os grandes empreiteiros iam ao Banco do Estado, tomavam o dinheiro emprestado e não pagavam a conta. Quem pagava a conta? O povo paranaense. Que no decorrer do tempo, tudo isso foi se somando e o Banco acabou se inviabilizando. Em especial, porque quando a inflação era alta nós tínhamos um grande bolo de aplicação financeira.

Quando caiu a inflação no ano de 95 é que os bancos sentiram a dificuldade econômica. Quando tinha a inflação eles ganhavam na aplicação financeira. Quando acabou a inflação veio a realidade no nosso país. Quantos bancos quebraram?

Está aí o Bamerindus e vários outros bancos que se extinguíram e entre eles o Banestado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Elio, o seu tempo está esgotado.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Agradeço a benevolência do nosso Presidente.

Deputado Neivo Beraldin, com toda certeza vamos voltar sobre esse assunto.

Presidente, muito obrigado! Agradeço a V. Exa. pela benevolência, agradeço aos Deputados e de uma forma especial peço desculpas ao Deputado Neivo Beraldin, mas na próxima vez, com toda certeza é importante fazer exatamente o contraponto. O contraditório sempre é bom, mas é bom que se frise exatamente a origem da dívida e desde quando veio. Não quero defender nem Governo Jaime Lerner, nem Requião, nem Richa, nem Álvaro e nem Ney Braga.

Muito obrigado e vamos para a próxima!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Horário da Liderança do PT, com a palavra o Deputado Elton Welter.

Liderança do PT: Deputado Elton Carlos Welter

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna para ressaltar uma importante reunião que ocorreu no último dia 16, reunião do Conama, com a presença da Ministra Marina, que foi aqui em Curitiba, nesse evento da ONU denominado MOP3 e com a presença também do Sr. Marcos Barros, Presidente do Ibama, do Sr. Valmir Ortega, Diretor de Ecossistema do Ibama, e também do Sr. Marino Gonçalves, Superintendente do Ibama no Paraná, juntamente com representantes da Caixa Econômica e de todos os Conselheiros e Conselheiras do Conama, onde foi lançado o Fundo Nacional de Compensação Ambiental. É um marco histórico para resolver problemas de demarcação de terras. É um grande avanço essa questão e inclusive para definir, a partir desse Fundo também,

prioritariamente a solução para o caso dos ilhéus aqui do Paraná.

Então, isso para nós é uma grande notícia, é um avanço e, além disso, Deputado Anibelli, tenho em mãos uma Portaria Conjunta, assinada no dia 17 de março de 2006, Portaria Conjunta Ibama e IAP nº 0001, que diz o seguinte: "Cria grupo do trabalho com finalidade de definir medidas para regularização fundiária do Parque Nacional de Ilha Grande, localizado no Estado do Paraná, através da compensação de reserva legal." Aquilo que eu já dizia em outros pronunciamentos, da efetiva determinação da Ministra Marina Silva, da efetiva determinação do Coordenador do Ibama aqui do Paraná, Marino Gonçalves, no sentido de agora, com duas frentes, com um Fundo para compensar prioritariamente e os primeiros que serão indenizados serão os ilhéus e também através da compensação da reserva legal, onde produtores que hoje estão fora da questão da legislação, que precisam compensar, por exemplo, para quem tem dez alqueires e precisam de dois alqueires para estar de acordo com a lei. Esses produtores vão poder, a partir dessa medida - e estão definindo o método de fazer isso - negociar diretamente com os ilhéus.

E falo aqui desta tribuna, Sr. Presidente e Srs. Deputados, as pessoas responsáveis do Ibama que vão coordenar esse grupo de trabalho, o Sr. Guadalupe Vivekananda e a Sra. Cibele Munhoz Amatto, do IAP, a Sra. Cláudia S. e o Sr. Luís Renato M. Esse grupo de trabalho tem um prazo para fazer esse trabalho e em breve teremos uma solução para os ilhéus.

Então, aquilo que eu dizia na semana que antecedeu os dados dessa solução que está vindo e, de fato, está vindo, quero dizer que se houve a indução de alguns companheiros dos ilhéus, agricultores historicamente injustiçados para que eles lá ocupassem. Se eu pudesse ir lá hoje, eu iria aconselhá-los a não estarem mais lá, porque isso só pode prejudicá-los.

Portanto, seria inteligente por parte do movimento que organizou a ocupação do Parque de Ilha Grande, porque isso só vai prejudicar os próprios ilhéus que estão lá, até que enfim, com um caminho definido, como política na criação desse Fundo Nacional de Compensação Ambiental, onde vão priorizar os ilhéus aqui no Paraná e no Brasil. É uma determinação direta do Ministério do Meio Ambiente e daqui do Ibama, de um problemão criado no passado pelo ex-Presidente da República e que agora se vislumbra uma clara solução. Isso para nós é motivo de satisfação.

E eu, como agricultor que sou da região, e como acompanhei esse caso com o Deputado Scarpellini e outros Deputados, temos a clareza que vamos solucionar dois problemas: o problema da indenização dos ilhéus e também o problema da reserva legal de muitos agricultores da bacia do Paraná 3, que hoje, inclusive, muitos financiamentos ligados ao crédito rural estão condicionados para que os produtores já tenham feito a reserva legal.

Então, isso é um avanço e estou, pessoalmente, em nome da Liderança do PT, é uma ação concreta do Governo Federal, aqui, em parceria, nesse caso da Portaria que definiu esse grupo de trabalho junto com o IAP para resolver esse problema na compensação da reserva legal para os agricultores poderem compensar, negociar direto com os ilhéus dentro das propriedades.

Gostaria que a imprensa, se pudesse, registrasse o pedido deste Deputado, que chegasse aos ilhéus, eles estão lá numa angústia que não existe solução: “estamos aqui porque queremos receber”. Vão receber pela via legal. A via legal, o marco legal está determinado, É burocrático? É burocrático. Tem um meio e tem um método. Isso é o que sempre a Ministra disse. E agora, enfim, está a luz no fim do túnel possibilitando a real indenização e justa para os ilhéus. E mais um conselho para os ilhéus: que eles não precipitem, à medida que os produtores da região chegarem lá para comprar as suas propriedades para averbar, porque eles poderão, no afã, porque estão passando grandes dificuldades, poder vender por um preço vil, esperem mais um pouco que as terras terão o seu valor justo pago pelo Fundo Nacional de Compensação, ou diretamente dos produtores que poderão comprar desses ilhéus.

Concedo um aparte ao Deputado José Domingos Scarpellini.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Agradeço ao Deputado pelo aparte. E gostaria de, nesta oportunidade, falar sobre os Deputados que estiveram lá: Welter, Ademir Bier, Duílio Genari, que também contribuíram para que pudéssemos chegar ao ponto que está se chegando, de alguma coisa positiva.

Mas, Deputado, quero crer que esta Comissão que vai definir as regras para o recebimento de áreas de compensação de reserva legal no complexo de Ilha Grande, no Parque Nacional, realmente possa fazer um trabalho rápido, porque a Ministra, quando estivemos lá, disse que em trinta dias iria tomar uma providência nesse sentido. E já faz oito meses e o povo que está passando fome, que não tem onde morar, que não tem dinheiro para comprar comida, remédio, que não tem aonde se encostar, não pode ficar esperando uma comissão decidir como é que vai ser feita a compensação da reserva legal para pagamento das compensações de reserva legal das áreas do continente com o pagamento nas áreas dentro do Parque Nacional de Ilha Grande.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT)

O prazo, Deputado, é de trinta dias podendo ser prorrogado por mais trinta. Vamos ficar vigilantes nessa questão, não dá para não ter essa Comissão, tem que estabelecer um critério justo, um critério que funcione, senão vira bagunça. Nós queremos organizar bem isso. O Ibama está coordenando isso junto com os representantes do IAP e haverá, de fato, uma solução legal.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Bem, eu quero agradecer a sua colocação, eu estive lá na sexta-feira, dormi lá no acampamento com os ilhéus em Guaíra. Quase fomos devorados, lá no Rio Paraná, pelos pernilongos, mas resistimos juntamente com eles e fomos levar a nossa solidariedade àquele povo que está sofrendo e que não é por culpa do Governo do PT, essa história já vem de outro Governo. Não queremos aqui responsabilizar Governo nenhum, queremos uma solução para o problema.

Muito obrigado.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT)

Eu é que agradeço e se V. Exa. tiver como falar com as lideranças, já que V. Exa. esteve lá, para que as pessoas saiam do Parque, e passar essas informações, é muito importante porque os únicos prejudicados por estar lá no parque podem ser os próprios ilhéus que muitas vezes estão lá de forma inocente ou induzidos por algum grupo de advogados ou pessoas que têm interesse em comissão, nesses casos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Horário da Liderança do PMDB, com a palavra, Deputada Elza Correia.

Liderança do PMDB: Deputada Elza Correia

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Sr. Presidente, nobres companheiros e companheiras, trabalhadores da educação que nos honram com sua presença, eu queria dizer, antes de qualquer coisa, Itamar, nós encaminhamos para a Mesa um pedido de inversão da pauta porque vocês estão aqui há bastante tempo para que o projeto que está no item quatro seja votado no item um, para nós agilizarmos um pouco a discussão por causa do tempo que vocês já estão aqui.

Uma discussão como essa de hoje, ficamos com vontade de entrar em outros assuntos como o do Banestado mas, não temos tempo para isso. Então, o tema vai ser outro, mas fica difícil justificar o injustificável, dizer que salada de chuchu com borboleta é gostoso, nessa questão do Banestado não tem como justificar. Foi realmente um golpe que foi feito pelo Governador anterior ao povo do Paraná.

Queria dizer que a questão do PCCS que é o grande momento hoje, da Assembléia Legislativa, é, em primeiro lugar, estabelecer aqui que mais que vontade de partidos políticos ou individualmente dos Deputados, foi a vontade política do Governador Roberto Requião que fez com que este projeto viesse para ser discutido hoje! É importante salientarmos essa questão porque de nada adianta a vontade individual dos Deputados ou do setor que está organizado há muito tempo, se o Governador não der

a palavra final, se ele não colocar em sua agenda a importância dessa discussão!

Discutimos ontem o QPPE, aqui na Assembleia Legislativa, também o plano de cargo dos servidores já foi discutido e votado, estamos apenas esperando a publicação do Ato que é fundamental para os servidores, o pagamento das URV's e outras pendências que existem aí, mas que já estamos discutindo com a Casa, está sendo equacionado.

Quero dizer que hoje, sem dúvida nenhuma, a votação do PCCS é resgatar o direito, a dignidade dos trabalhadores das universidades. Esta é uma antiga reivindicação dos servidores e nós precisamos fazer um resgate, rapidinho, da memória histórica, senão fica parecendo que isso tem um pai individual, uma mãe individual. Eu disse que contou muito, evidentemente, com a vontade política do Governador, mas já existem há bastante tempo os sindicatos: o Sintemar, o Sintesu, o Sintespo, Assuel, o Sinsaud, o Sinteoste, o pessoal da Universidade Estadual de Londrina, os reitores que estão aqui representados pelo professor Pavanelli, da Universidade de Maringá, também com a determinação e a participação da Secretária do Planejamento.

Aqui, faço uma ressalva para a Secretária Maria Marta, que conduziu muito bem essa discussão, abriu o canal para o diálogo, ouviu. Eu mesma fiz várias reuniões com a Maria Marta, com companheiras sindicalistas, para discutirmos essa questão do PCCS. A SET, através do Secretário Rizzi, os sindicatos, os pró-reitores.

Portanto, este momento é resultante deste processo e é preciso que digamos isso, que os sindicatos, os servidores tiveram um papel decisivo nesse processo de discussão; Isso começou em 2003, os sindicatos já estavam discutindo nas universidades esse plano. No primeiro momento foi o reajuste para os professores das universidades, mas em seguida o Secretário Rizzi chamou os representantes desses sindicatos, os pró-reitores, os reitores, para discutir esse Plano de Cargos, que hoje vamos, sem dúvida nenhuma, aprovar em primeira discussão.

Então, é preciso que se mostre que esse processo, começou lá atrás e estiveram sempre presentes os representantes dos sindicatos, dos servidores, nesse processo de discussão. Isso que é legal, porque isso que é o processo democrático.

O Governador Requião e o Secretário Maurício sempre colocam uma questão que acho importantíssima: de nada adiantaria investimento nas estruturas físicas, nas reformas de escolas, em laboratórios, em melhorias nas estruturas físicas, se não houver um investimento na pessoa humana, naqueles que efetivamente representam a alma dessas estruturas, naqueles que cotidianamente dão o seu suor, a sua competência, o seu trabalho, para que essas estruturas funcionem.

Realmente, hoje, para a Assembleia Legislativa eu diria que é o grande momento a discussão desse PCCS. A Assembleia Legislativa, vários Deputados já se manifestaram, assumiram também um compromisso da não apre-

sentação de emendas, para não retardarmos ainda mais um plano tão esperado e que hoje nós temos o prazer de votar.

Portanto, é a somatória dos esforços dos servidores, da Assembleia Legislativa, do Governador Requião que mandou para cá a Mensagem, esse projeto que hoje, podemos dizer que nós todos estamos de parabéns. Estamos comemorando, finalmente, o grande dia, o grande momento e o dia final.

Temos uma votação amanhã ainda, mas certamente não teremos nenhum problema. Certamente ninguém vai apresentar emenda, ninguém vai apresentar nenhum tipo de obstáculo porque esse é o compromisso da Assembleia Legislativa, com os técnicos administrativos das universidades.

Eram essas as considerações que eu queria colocar, e dizer que hoje de manhã, no Teatro Guaíra, houve uma grande reunião com a presença de 2.100 professores, diretores das escolas estaduais, com todos os técnicos da Secretaria da Educação, prestando conta das suas atividades, das suas ações. Nós temos, sim, o que comemorar nesse governo. Mas, estamos satisfeitos? Não. Ainda temos várias questões pela frente, várias reivindicações, melhorias dos salários dos professores. Enfim, outras questões que nós temos aí que continuar reivindicando, defendendo. Esse é o papel de nós todos.

Gostaria de colocar também que esta Deputada reitera aqui a sua disposição para que a implantação desse plano aconteça agora em abriu, o que seria muito importante para todos nós. Até porque nessa primeira fase não vai haver a questão do impacto, então seria importante que isso acontecesse. Parabéns a vocês. Contem com esta Casa sempre.

Ontem, tivemos aqui outras categorias igualmente reivindicando os seus direitos. Estavam aqui os Delegados numa discussão dentro do Quadro Geral, também os aposentados com reivindicações justas. Estavam também os advogados, os Procuradores, mas que ontem nós tivemos que, para avançar, retroagir, retirar algumas emendas, conforme colocou o nosso Líder do Governo aqui, que conversaria com o Governador para ele mandar posteriormente esses projetos aqui para a Casa. Porque está claro para todos nós que o Governador tem compromisso, sim, com o funcionalismo público e fico muito entristecida quando dizem que o Governador não está fazendo nada, que o Secretário da Educação não está fazendo nada. Não é justo isso. É justo dizer que está fazendo o que pode ser feito neste momento. É justo dizer também que tem várias reivindicações que têm que ser atendidas.

Essa é uma questão que é preciso que quando se discute a questão da educação a gente dê sim, uma olhadinha lá atrás, porque olhar o passado faz toda a diferença.

Mesmo aqui a gente vê em alguns momentos companheiros que estiveram no governo anterior, neste momento criticando o governo, mas que quando estavam lá, também deixaram de fazer o que poderia ter sido feito para não encontrarmos o Estado da forma que encontra-

mos, e a questão do funcionalismo, arrasada que a gente encontrou. Vamos caminhando, vamos avançando, estamos todos de parabéns, assim que se constrói a democracia, assim que se constrói a dignidade dos trabalhadores da educação e de outros setores do nosso Governo, do nosso Estado do Paraná, porque sem isso, não podemos falar em democracia, em justiça social e não podemos falar em avanço dos direitos da pessoa humana.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do Governo.

(**Declina**).

Liderança da Oposição.

(**Declina**).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 49 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebida; protocole-se; publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa, para providências.**

Expediente subscrito pelo Deputado Tadeu Veneri, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, comunicando a nova composição da Liderança do Partido dos Trabalhadores para o ano 2006, como segue: Líder: Deputado Ângelo Vanhoni; 1º Vice-Líder: Deputado André Vargas; 2º Vice-Líder: Deputado Hermes Fonseca. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei complementar de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 509, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 006/06, item 04 da Ordem do Dia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Preferência de Discussão/Votação

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

1ª Discussão

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 006/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 008/06, alterando a Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, para criar, no quadro de pessoal das Instituições de Ensino Superior, a Carreira Técnica Universitária. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, CF E CECECT. EM REGIME DE URGÊNCIA. (**Publ. no DA nº 003/06, de 16.02.06, em Mensagens**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 006/06

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei tem origem na Mensagem Governamental nº 08/06 do Chefe do Poder Executivo Estadual e propõe a alteração da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, que dispõe sobre as Carreiras do Quadro de Pessoal das Instituições de Ensino Superior, a fim de, em suma, criar a Carreira Técnica Universitária para o Agente Universitário.

A proposta em exame é fruto de estudo realizado por técnicos da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, e com participação de representantes dos servidores do quadro administrativo das universidades estaduais, aos quais diretamente se destina a legislação em exame.

Na justificativa que acompanha a Mensagem Governamental Lei nº 11.713/97 o Executivo informa que a reformulação do presente Plano de Carreira dos Servidores Técnicos das Universidades Estaduais segue a mesma metodologia já adotada na carreira do Magistério, da Polícia Militar e outros, pois, além de corrigir distorções de ordem legal, como existência de funções e vagas, além de pagamento de vantagens financeiras sem o necessário embasamento jurídico-formal, contempla a presente reforma as especificidades de cada uma das classes e funções, considerando que todos os servidores das universidades estaduais, com exceção do Pessoal do Magistério, foram enquadrados em um único cargo: Agente Universitário.

Na presente proposta de reformulação do Plano de Vencimentos e Carreiras dos Agentes Universitários diversas vantagens, como gratificações e abonos são incorporados ao valor do vencimento. Segundo informa a Mensagem, o completo enquadramento se dará em três etapas: a primeira no mês de publicação e entrada em vigência, com o reenquadramento do

novo plano de vencimentos, considerando as incorporações: a segunda no mês subsequente à vigência da lei, com a observância da escolarização para todas as funções: e a terceira, no terceiro mês após a entrada em vigência da presente lei, serão implantados os avanços funcionais em razão do tempo de serviço.

Voto do Relator e sua fundamentação

A proposição atende todas as exigências constitucionais, posto que provém de iniciativa competente, aliás, privativa do Chefe do Executivo regional, porquanto trata de Plano de cargos, Carreiras e Vencimentos de Servidores Públicos Estaduais, e não vislumbramos nenhuma outra falha de ordem formal, seja quanto à juridicidade, seja quanto à técnica legislativa.

Considerando ainda que se trata de uma reivindicação muito aguardada pelos servidores diretamente atingidos com a presente regulamentação da vida funcional dos mesmos, e principalmente considerando que houve dedicado estudo e trabalho de comissão técnica, no qual também estava representado o segmento dos servidores, aliado ao fato da grande preocupação desses mesmos servidores em ter efetivamente implantado o seu novo plano de carreiras e vencimentos, conforme manifestação intensa desses diretamente a este relator, sob o argumento de que os avanços possíveis foram esgotados nos estudos técnicos que resultou no anteprojeto encaminhado a esta Casa de Leis pelo Executivo Estadual, somos do parecer que eventual alteração deve ser objeto de nova proposta de alteração do plano, a fim de evitar atraso na implantação do plano ora alcançado.

Portanto, este relator comunga da opinião da absoluta maioria dos servidores atingidos pelo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos em exame, externado por essas das mais diversas formas, sobretudo por parte de contatos pessoais de seus representantes no sentido de encaminhar o presente projeto de lei à Plenária, para sua votação e certa aprovação, na forma de sua redação original.

Apenas para fins de satisfação aos interessados, este relator recebeu proposta de Emenda Aditiva da categoria dos médicos plantonistas, onde se pleiteia a inclusão de um plano de vencimentos em forma de plantões, mantendo-se uma prática, que segundo os seus interessados já está em vigência há muito tempo e que não acarretaria impacto financeiro.

Com o devido respeito à demanda e aos seus autores, entendemos que a proposta deve ser objeto de melhor análise por parte dos técnicos que elaboram os estudos que resultaram no presente plano, posto que esta Comissão somente poderia introduzir alterações no plano de vencimentos fundamentado no devido impacto financeiro da medida.

Ademais, nos estudos que resultaram na presente proposta de plano, há uma seção específica sobre o regime de plantões e sua remuneração, não tendo sido na oportunidade apresentado a presente demanda, quando se realizou um profundo estudo de todas as formas de remuneração dos serviços prestados pelos servidores, onde a

proposta deveria ser analisada sob o ângulo de remunerar efetivamente os serviços prestados nos locais de trabalho. Somos, portanto, de parecer de uma melhor discussão do tema, mas sem atrasar a implantação imediata do plano alcançado e é consenso da mais ampla maioria.

Conclusão

Destarte, somos de parecer favorável à proposição da Mensagem Governamental que objetiva alterar a Lei nº 11.713 de 07 de maio de 1997, que trata do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, na forma da redação apresentada no anteprojeto governamental, propondo a sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 07.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 006/06

P A R E C E R :

Relatório

O presente plano de lei é de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 008/06, e que objetiva alterar a Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, para criar no Quadro de Pessoal das Instituições de Ensino Superior, a Carreira Técnica Universitária, assim como adotar outras providências.

Fundamentação

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

Conclusão

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, verifica-se que o projeto em tela não encontra nenhum impedimento quanto à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

O projeto tem por objetivo, atender antiga reivindicação de importante segmento do pessoal das universidades e é resultado de estudos que foram feitos pela SEAP e SETI, os quais fazem parte da justificativa da proposta e que bem demonstra a necessidade e oportunidade da medida.

Diante do exposto, é o nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.03.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PROJETO DE LEI Nº 06/06

P A R E C E R :

Relatório

Trata-se de projeto de lei de autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental sob nº 008/06, que

visa alterar a Lei nº 11.713 de 07 de maio de 1997, para criar no Quadro de Pessoal das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, a Carreira Técnica Universitária, assim como adotar outras providências.

Fundamentação

A matéria já foi apreciada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável, opinando pela regular tramitação do presente projeto de lei. Da mesma forma, a Comissão de Finanças exarou parecer favorável.

Quanto ao mérito do presente projeto de lei, não há como deixar de reconhecer a importância da matéria tratada, que irá atender antiga reivindicação dos servidores das universidades, pois, a Lei nº 11.713/97 criou o cargo único de Agente Universitário, sem estabelecer mecanismos eficazes para proporcionar promoções como incentivo para o desenvolvimento da carreira.

É importante ressaltar que o presente projeto de lei também visa resolver situações irregulares, como o pagamento de vantagens financeiras aos agentes universitários sem o devido embasamento jurídico-formal, que vinham sendo questionadas pelos órgãos fiscalizadores e pela Procuradoria Geral do Estado.

Ainda, cumpre esclarecer que a presente proposta é resultado de estudos realizados por técnicos da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, além da participação dos servidores do Quadro Administrativo e dos reitores das Instituições de Ensino Superior (IEES).

Assim, resta evidente que a matéria tratada no presente projeto de lei é oportuna, pois, a criação da Carreira do Pessoal Técnico Administrativo das Instituições de Ensino Superior do Paraná é necessária, além de ser medida de inteira justiça.

Conclusão

Isto posto, apresentamos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei sob nº 06/06.

Sala das Comissões, em 20.03.06.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

ELZA CORREIA - Relatora

Em votação.

Para discutir, com a palavra o Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores públicos do Estado do Paraná que hoje aqui se encontram, lideranças sindicalistas.

Ontem nós votamos um projeto de extrema importância para o funcionalismo do Estado do Paraná, que é o QPPE. Mais uma realização do Governo Roberto Requião, que tem ao longo desses três anos resgatado, inclusive a função de Estado, estruturando carreiras, permitindo que o Estado efetivamente possa funcionar com

servidores concursados, com servidores legalizados, mediante concurso público. E fez isto nas universidades regularizando mais de 17 mil cargos.

Um esforço que permite que esses trabalhadores e essas trabalhadoras possam ter tranquilidade na sua aposentadoria, porque o Tribunal de Contas, observando a legislação, já não mais homologava suas aposentadorias com relação àqueles cargos. O governo vem recuperando, em todas as áreas, fazendo um resgate da dignidade do servidor público do Estado do Paraná.

Fez isto em relação ao pessoal de apoio da Secretaria da Educação. Fez agora em relação aos nossos técnicos das nossas IES. Uma ação importante que há mais de onze anos estava a esperar esta categoria um reconhecimento pelo seu trabalho, pela sua ação, pelo seu esforço diante das nossas universidades e faculdades.

Ontem, só para termos uma idéia, o projeto 5, um cidadão que antes percebia um valor de 365 reais por mês, passou para 906 reais por mês. Um aumento que muitos jamais esperavam poder receber no poder público. E o governo, com coragem, com determinação, com firmeza, porque é assim que tem conduzido as finanças públicas no Paraná, até com luta, para arrancar este aumento, com certeza houve o empenho também da classe, houve o empenho daqueles que representam, e muito diálogo. Mas, o governo, de forma séria e responsável, fez aumento.

Ele não pára aí. Os agentes de apoio, os agentes de execução e os agentes profissionais saem, por exemplo, o agente de apoio na última carreira, agente de execução, de R\$ 1.334,00 para R\$ 3.157,00. O agente profissional, aquele que exige qualificação de 3º grau sai de R\$ 6.371,00 para R\$ 7.862,00. Aqui já verificamos Sr. Presidente Pedro Ivo, que o governo teve a preocupação de conceder até 160% de aumento às faixas menos privilegiadas e um valor menor de 23,40% para o 3º grau.

Hoje, estamos votando os avanços e uma nova configuração para os funcionários das IES, das nossas universidades, as universidades que têm o compromisso de formar, de qualificar os nossos jovens e permitir que possamos ter qualificação para enfrentar o mercado que aí está. E não poderiam ficar de fora os nossos técnicos que na classe-1, a classe de técnicos que têm admissão agora de 1.856 e vai até no último nível da carreira, a carreira 12, para 5.837; a classe-2, que exige o segundo grau, que tem inicial de 790,00 vai até 2.216. Aqui por exemplo, um motorista está incluído nesta categoria, e aqueles que têm apenas o 1º grau saem de 600,00 reais, salário básico, para 1.400 reais.

Como disse a Deputada Elza aqui e outros que também nos antecederam, é um esforço enorme, é a consciência do governo de que o Estado não realiza as suas ações se não tiver um bom corpo de técnicos e de apoio para poder executar essa tarefa tão importante.

Cabe a nós, os Deputados, nesta data de hoje, fazer a discussão, ver se efetivamente estamos cumprindo com o espírito de justiça que devemos para com o funciona-

lismo do nosso Estado. Deputado nenhum e Deputada nenhuma jamais vai ser contra aumento de servidores; jamais vai ser, ou vai criar dificuldades para que os trabalhadores possam ter melhores condições de vida. E em particular, este Deputado que tem sempre procurado dar o seu voto com consciência, sempre sabendo o que está fazendo; porque Deputado que vem aqui, vota, e depois não sabe o que vota e não tem o que explicar na base, não tem condições de ser Deputado.

Foi por isso que numa visita das lideranças sindicais disse, e isso eu sempre me reservei o direito de discutir, o direito de saber, o direito de entender, o direito de saber se efetivamente todos estão sendo atendidos, porque à hora que eu deixar de fazer isso eu deixo de ser um Deputado e passo a ser o acabrestado de um lado ou de outro, e nunca o cabresto me serviu.

Reconheço a importância dessa luta, que foi a luta de dois anos e meio, mas também reconheço que faltou na Liderança do Governo que trouxesse para o seio da própria Bancada o conhecimento dessas matérias, Deputada Elza, porque foi tratado entre o sindicato e o governo, mas na hora da votação nós precisávamos ter tido aqui a exposição da informação de como o processo estava fazendo. Não é porque somos Parlamentares da Base do Governo que temos que simplesmente assinar; precisamos discutir, precisamos entender. Estive na Universidade Estadual, na Pró-Reitoria, ali está o Pimenta, Pró-Reitor da UEL, junto com o Eli, discutimos por três horas o projeto.

Têm situações que precisam ser revistas. Mas, a situação eminente é que precisamos fazer a votação.

Por isso, todos os senhores podem ter certeza que, em nenhum momento o Deputado José Maria quis embargar, impedir que os trabalhadores não tivessem o aumento.

Mas estava, sim, dentro de uma prerrogativa, que era de conhecer o projeto, de discutir, de saber que o Deputado que não sabe hoje, amanhã não vai saber.

Espero que todos nós tenhamos a consciência do voto que estamos dando aqui e da importância que este voto tem para a categoria dos trabalhadores nas IES.

Itamar, você que lidera a Assuel, sei que junto com a sua diretoria e outros mais discutiram por longos dois anos esse projeto.

Parabéns pelo que construíram, inclusive, por aquilo que renunciaram em prol do entendimento. E a Assembleia Legislativa não abdicado da sua condição de discutir e de conhecer o projeto. E aqui também faz a sua parte abrindo e abdicando de apresentar possíveis emendas que seriam do interesse de aqui ou acolá dos servidores, mas faz no sentido de todos levarem, desde já, a aprovação desse projeto e o Governador sancionar.

Parabéns a todos!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Em votação o projeto.

Aprovado por unanimidade.

Discussão / Votação:

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 301/04, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 021/04, autorizando o Poder Executivo nos termos da Lei Federal nº 6404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores, a dissolver, liquidar e extinguir a empresa Paraná Investimentos S/A, com sede em Curitiba, constituída através da Lei nº 11.428, de 14 de junho de 1996. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 301/04
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos da Lei Federal nº 6404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores, a dissolver, liquidar e extinguir a empresa Paraná Investimentos S.A., com sede em Curitiba, constituída através da Lei nº 11.428, de 14 de junho de 1996.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às adaptações societárias prévias e ajustes orçamentários decorrentes da implementação da presente lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.03.06.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 302/04, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 022/04, autorizando o Poder Executivo, nos termos da Lei Federal nº 6404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores, a dissolver, liquidar e extinguir a empresa Paraná Desenvolvimento S.A., com sede em Curitiba, constituída através da Lei nº 11.742, de 19 de junho de 1997. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 302/04
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos da Lei Federal nº 6404, de 15 de dezembro de 1976 e

suas alterações posteriores, a dissolver, liquidar e extinguir a empresa Paraná Desenvolvimento S.A., com sede em Curitiba, constituída através da Lei nº 11.742, de 19 de junho de 1997.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos ajustes societários prévios assim como, assumir eventuais bens, direitos e obrigações decorrentes da implementação da presente lei.

Parágrafo Único. Para o atendimento ao contido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais ao Orçamento Geral do Estado, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.03.06.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 007/06, reestruturando as tabelas de vencimentos do Quadro Próprio do Poder Executivo. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DA CCJ E CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

Discussão Única (Proposições)

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da proposição nº 013/06, veto aposto ao Projeto de Lei nº 736/05, de autoria do Deputado Durval Amaral, que dispõe questões relativas à administração tributária do ICMS (1º emprego) (Prodepar). COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 002/06

Curitiba, 06 de janeiro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 403/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 736/05, por julgá-lo inconstitucional, tendo em vista o entendimento expedido pela Secretaria de Estado da Fazenda e pela Procuradoria Geral do Estado de que, implicando em renúncia de receita,

afronta a Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e conseqüentemente fere o artigo 163, I, da Magna Carta da República.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 736/05 encontra-se publicado no DA nº 130/05, de 23/11/05, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 013/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 736/05, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo dispor sobre questões relativas à administração tributária do ICMS (1º Emprego) (Prodepar).

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi aposto dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 07.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

Solicito à 1ª Secretária que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Cida Borghetti)
(**Procede à chamada nominal**)

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (**Pela Ordem**)

O Presidente da Casa, numa das Sessões anteriores, colocou a questão da importância de essa votação secreta correr tranqüilamente, sem nenhum episódio.

Não há cédulas SIM na cabine.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito aos Srs. Deputados que permitam que a votação transcorra dentro do normal, sem ficar muito perto da cabine.

Gostaríamos de comunicar aos Srs. Parlamentares que logo após a Sessão, teremos uma Sessão Especial da escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

Sr. Presidente, 49 Deputados presentes na Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito aos Deputados Nelson Garcia, Elio Rusch e Alexandre Curi para procederem à contagem dos votos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Conforme o nosso Presidente Pedro Ivo anunciou, logo após esta Sessão, teremos uma Sessão Especial para a votação da indicação do Sr. Governador do Estado ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas.

Deputado Alexandre Curi anunciando o resultado.

Vinte e nove votos NÃO e vinte SIM.

Está **aprovado** o projeto e **rejeitado** o veto.

O item nº 06, houve uma falha da Mesa Executiva em colocar esse projeto em votação hoje, que é o veto apostado ao Projeto de Lei nº 486/05.

Ele está retornando à Comissão de Constituição e Justiça.

Discussão Única (Indicações)

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 004/06, de autoria do Deputado Reni Pereira, que requer envio de expediente à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério da Fazenda, à Secretaria da Receita Federal e à Superintendência Regional da Receita Federal, sugerindo a alteração do artigo 603 do Decreto 4543 (Regulamento Aduaneiro) e Decreto Lei nº 37. **Aprovada. (Publ. no DA nº 014/06, em 15/03/06)**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 423, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 456 a 461, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Deputados Duílio Genari, Carlos Simões, Natálio Stica e demais Srs. Deputados, constantes do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 487, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero registrar, nesta oportunidade, o falecimento de Carlos Pugliesi Neto, sobrinho do nosso Deputado Waldyr Pugliesi, atualmente Secretário dos Transportes.

Carlos Pugliesi, irmão do atual Prefeito de Arapongas, o Beto Pugliesi, faleceu no último sábado, em Arapongas, vítima de uma parada cardíaca, com 51 anos de idade, deixando a esposa.

E ao encaminhar, Sr. Presidente, queremos registrar o profundo pesar da Assembléia Legislativa do Paraná por esse jovem empresário de Arapongas que nos deixou, pela sua vida, pela sua dedicação.

Enfim, registrar esse fato ocorrido na cidade de Arapongas, onde milhares de pessoas foram levar o seu último adeus. E registrar aqui um fato inédito: nunca vi no sepultamento de uma pessoa a quantidade de flores e coroas que o povo de Arapongas entregou a esse empresário que nos deixou no último sábado.

Portanto, Sr. Presidente, é a nossa manifestação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 515, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 510, de autoria dos Deputados Ratinho Júnior e Barbosa Neto, constante do expediente. Em discussão.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 424 a 426, 500 e 501, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 431, de autoria do Deputado Ailton Araújo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 438 e 455, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 492, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 440, 486, 493 e 494, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 441 a 443, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 448, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 450 e 451, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 452, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 453, 489 e 504, de autoria do Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 464, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 465 a 471, 506, 507 e 514, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 472, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 488 e 508, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 490, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 513, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 491, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 495, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 496 e 497, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 498, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 505, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 516, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Convoco os Srs. Parlamentares para uma Sessão Especial, daqui a cinco minutos, logo após esta Sessão Ordinária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 005/06.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 006/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 718/03, 756, 769, 790, 792/05, 012 e 068/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Comissão de Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO 15ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Nelson Justus apresentou Redação Final ao Projeto de Lei nº 086/2004, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 15ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Depu-

tado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Alexandre Curi apresentou Redação Final aos seguintes Projetos de Leis nº 135/05, 669/05 e 378/05, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
15ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nº 303/05 e 624/05, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
15ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Reni Pereira apresentou Redação Final ao Projeto de Lei nº 398/05 e o Deputado Elton Carlos Welter relatou o Projeto de Lei nº 411/05, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
15ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Reni Pereira apresentou Redação Final ao Projeto de Lei nº 648/05, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
15ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Nelson Justus apresentou Redação Final ao Projeto de Lei nº 630/05, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
15ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Nelson Justus apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 099/05, 653/05 e 701/05 e a Deputada Cida Borghetti relatou os Projetos de Lei nº 687 e 700/05, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior

Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

15ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Elton Welter apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 282/05, 443/05, 615/05, 629/05, 638/05 e 679/05, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

15ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Nelson Justus apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 293/05, 459/05 e a Deputada Cida Borghetti relatou os Projetos de Lei de nºs 468/05, 525/05, aos projetos anexados 564/05, 577/05 e 569/05, 647/05 e 667/05, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

15ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presi-

dente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Nelson Justus apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 598/05, 665/05, 703/05, 772/05 e 778/05 e a Deputada Cida Borghetti relatou o Projeto de Lei nº 591/05, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, reuniram-se os nobres Pares da presente Comissão, para realizar reunião ordinária mediante pauta pré-definida; comparecendo para a mesma os Deputados: André Vargas - Presidente, Rafael Greca, Durval Amaral, Marcos Isfer e Cida Borghetti que solicitou a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior (8ª reunião ordinária), solicitação aceita por todos. A seguir o Presidente passou à pauta do dia: 1) Projeto de Lei nº 594/05 de autoria do Deputado Nereu Moura, Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 590/05 de autoria do Deputado Miltinho Pupio, Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 675/05 de autoria do Poder Executivo. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 674/05 de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 5) Projeto de Lei nº 591/05 de autoria do Deputado Miltinho Pupio, Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida, em reunião posterior, será assinada pelo Presidente, demais membros e por mim Sandra Zampier, secretária desta Comissão.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

Sandra Zampier - secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os

nobres Pares da presente Comissão, para realizar reunião ordinária mediante pauta pré definida; comparecendo para a mesma os Deputados: André Vargas - Presidente, Rafael Greca, Waldir Leite e Miltinho Pupio que solicitou a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior (9ª reunião ordinária), solicitação aceita por todos. A seguir o Presidente passou à pauta do dia: 1) Projeto de Lei nº 710/05 de autoria do Deputado Durval Amaral. Relator: Deputado Presidente André Vargas. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 711/05 de autoria do Deputado Durval Amaral. Relator: Deputado Presidente André Vargas. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida, em reunião posterior, será assinada pelo Presidente, demais membros e por mim Sandra Zampier, secretária desta Comissão.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
Sandra Zampier - secretária

Publicações Administrativas

Despacho do Diretor Geral

DESPACHO DO DIRETOR

Requerente: Julcimara Ribeiro Costa

Protocolo: 026/06

Data: 07/02/06

Despacho:

1) INDEFIRO, nos termos do parecer do Gabinete da Procuradoria.

2) Ao D.S.E - para publicação.

Ao D.A - para arquivar.

Curitiba, em 14.03.2006.

(a) Diretor-Geral

Errata:

Estamos republicando o Ato da Comissão Executiva abaixo pelo fato de o mesmo ter sido publicado no DA nº 010/06, com erros.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 079-A/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7523, datado de 28 de setembro de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a IRACY LANGUE SILVERIO, portadora do RG nº 254.210-PR, e do CFP nº 004.096.939-87, viúva do ex-Deputado Estadual Erondy Silvério, falecido em 25 de setembro de 2005, pensão mensal estabelecida pela Lei nº 4.763, de 05 de novembro de 1963, no valor estipulado pelo artigo 2º, da Lei nº 13.426, de 07 de janeiro de 2002, a partir da data do pedido.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.02.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

XX